



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 029

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 19 DE ABRIL DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
19 DE ABRIL DE 2004**

*(segunda-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Felipe Lucas e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente a deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 009/2004

Curitiba, 15 de abril de 2004.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa

Exmos. Srs. Deputados

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, texto do antepro-

jeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2005.

O anteprojeto de lei compõem-se de onze capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e apresentação da receita para o exercício de 2004;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos Orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

As prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2005 estão de conformidade com a programação estabelecida no Plano Plurianual - 2004 a 2007, aprovado pela Lei Estadual nº 14.276, de 29 de dezembro de 2003.

O anteprojeto da LDO apresenta o Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados nominais e primário e montante da dívida pública para os exercícios de 2005, 2006 e 2007. O Anexo de Metas Fiscais apresenta ainda uma avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2003 e o demonstrativo das metas anuais de 2004.

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exas. as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) **ROBERTO REQUIÃO**

Governador do Paraná

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2005, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

## **Capítulo I**

### **Das Prioridades da Administração Pública Estadual**

Art. 2º - Para o ano de 2005, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável constituem o eixo central sobre o qual se apóia toda a ação governamental através da elaboração de linhas de ação, diretrizes e programas.

A proposta de inclusão social e desenvolvimento sustentável para o Paraná tem como base o Diagnóstico Social e Econômico elaborado pelo IPARDES/SEPL, no qual o baixo nível de desenvolvimento humano e o desequilíbrio regional medido pelo IDH se apresentam como traços marcantes da realidade paranaense.

A estratégia de desenvolvimento proposta pressupõe a definição de linhas de ação que são complementares e se desdobram em diferentes diretrizes e programas. Estas linhas procuram articular a ação do Estado na direção da superação dos principais problemas diagnosticados. São elas:

1. Expansão produtiva;
2. Competitividade Sistêmica;
3. Educação, Inovação, e Cultura;
4. Emprego, Cidadania e Solidariedade.

É a complementaridade entre as quatro linhas de ação que garante a consecução dos objetivos perseguidos. Essa complementaridade se revela nas ações relacionadas a cada uma das quatro áreas. As ações ligadas à expansão produtiva terão como alvo direto o fomento das empresas já instaladas no Estado e a atração de novos empreendimentos. Na linha de competitividade sistêmica, as ações estarão direcionadas à melhoria da infra-estrutura, a provisão de bens e serviços fundamentais ao bom funcionamento da economia e à qualidade de vida dos cidadãos paranaenses. A linha de ação que envolve educação, inovação e cultura preocupa-se com a formação de capital humano, a soma do treinamento, experiência e conhecimentos de uma pessoa, cujo acúmulo eleva sua produtividade e a torna mais apta à colaboração no desenvolvimento da sociedade. A quarta linha de ação é o desdobramento natural das ações nas

três linhas anteriores e diz respeito ao aumento do emprego, cidadania e solidariedade no meio social paranaense.

As principais diretrizes são:

I - reduzir o analfabetismo nas áreas urbana e rural do Estado;

II - desenvolver ações que aumentem a escolaridade de crianças pobres;

III - aumentar a Geração de Emprego e Renda;

IV - Aumentar a Expectativa de Vida da População;

V - aumentar a eficiência, a qualidade e a cobertura da oferta de serviços públicos de saúde através da maior alocação de recursos;

VI - desonerar micro e pequenas empresas de modo a facilitar a acumulação de capital e a criação de empregos no setor formal da economia;

VII - implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para a inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado;

VIII - aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos através do melhor planejamento das políticas públicas;

IX - criar mecanismos que induzam a distribuição de renda e a mudança social;

X - combater o crime e da violência através de programas de prevenção;

XI - investir na capacitação profissional dos servidores públicos;

XII - proporcionar meios de incentivo à produção e difusão cultural do Estado;

XIII - fomentar a agricultura familiar dando ênfase à produção agroecológica;

XIV - criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento ao portador de deficiência e ao idoso, proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar, bem como a inclusão social.

## **Capítulo II**

### **Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício**

Art. 3º - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 4º - As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2005, estão estimadas no valor aproximado de R\$ 13.209.399.000,00, a preços de 30 de junho de 2004.

Art. 5º - As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2004, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio projeto de Lei Orçamentária.

### Capítulo III

#### Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 6º - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- ♦ PODER LEGISLATIVO até ..... 5,0%
- ♦ PODER JUDICIÁRIO até.....8,5%
- ♦ MINISTÉRIO PÚBLICO até .....3,6%

Art. 7º - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2005 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - a transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 6º desta Lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e com a lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25 % (vinte e

cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2005 a 12,00% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de sentenças judiciais;

XI - a reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 31 desta lei.

Art. 8º - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo.

### Capítulo IV

#### Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 9º - Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

Programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado; (Nível Estadual da Funcional Programática);

Programas de Governo: São idéias e propostas mencionadas no Plano de Governo;

Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma

de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

Modalidade de Aplicação: especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

Órgão Orçamentário: constitui o primeiro nível de desdobramento da programação orçamentária de cada um dos Poderes do Estado;

Unidade Orçamentária: agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que são consignadas dotações próprias. Podemos caracterizar como Agência Executiva em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. As Unidades Orçamentárias constituem desdobramentos de órgãos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 3º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 10 - Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por Unidade Orçamentária, especificando os grupos de natureza despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º - Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o caput deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

#### DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

§ 2º - Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o caput deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 – Ordinário não Vinculado;

Fonte 105 – Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;

Fonte 106 – Fundo Especial da PGE;

Fonte 108 – Receita de Alienação de Outros Bens Móveis;

Fonte 111 – Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis Em Encampação de Rodovias;

Fonte 112 – Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;

Fonte 123 – Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 – Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;

Fonte 125 – Venda de Ações e / ou Devolução de Capital Subscrito;

Fonte 126 – Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 – Multas e Taxas de Defesa Sanitária – FEAP;

Fonte 128 – Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;

Fonte 129 – Taxas de Polícia – FUNRESPOL;

Fonte 131 – Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091 / 95;

Fonte 132 – Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 – Taxa Ambiental;

Fonte 139 – Fundo de Modernização da Polícia Militar – FUMPM;

Fonte 141 – Retorno de Programas Especiais – FDU;

Fonte 146 – Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná – FUNCMB.

GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 – Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 – Convênios com o Exterior;

Fonte 148 – Outros Convênios.

GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 – Operações de Crédito Internas;

Fonte 130 – Operação de Crédito Externa – Paraná 12 Meses / BIRD;

Fonte 136 – Operação de Crédito Externa – PROEM / BID;

Fonte 137 – Operação de Crédito Externa – Paraná Urbano II / BID;

Fonte 140 – Operação de Crédito Externa – Saneamento Ambiental –

PARANASAN / JBIC;

Fonte 142 – Outras Operações de Crédito Externas – Desenvolvimento Integrado;

GRUPO 16 – SALÁRIO EDUCAÇÃO – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 – Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

GRUPO 45 – FUNDEF – compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

**GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 – Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 – Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 – Operação de Crédito Externa;

Fonte 253 – Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;

Fonte 254 – Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;

Fonte 255 – Transferências da União – SUS;

Fonte 256 – Reposição Florestal – SERFLOR;

Fonte 260 – Multas Ambientais – FEMA (Fundo Estadual de Meio Ambiente);

Fonte 270 – Aumento de Capital Social;

Fonte 281 – Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 – Convênios com o Exterior;

Fonte 284 – Outros Convênios;

Fontes 292 – Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

Art. 11 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2005 à Assembléia Legislativa.

Art. 13 - O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no parágrafo 7º do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 14 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no Inciso III do artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros

resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no parágrafo 7º do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

## Capítulo V

Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 15 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2005 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no caput deste artigo.

Art. 16 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas for superior a realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 17 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2004, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 18 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 19 - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2004.

Art. 20 - A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 21 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos.

Art. 22 - As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no caput deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 23 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não compõem o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 24 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 25 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 26. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 27 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no caput deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2004, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2004, a serem incluídos no orçamento de 2005, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;
- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- nome do beneficiário;

- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2004, conforme artigo 98. parágrafo 3º da Constituição do Estado do Paraná);

- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 28 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º - A execução orçamentária de despesas provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 29 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 30 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 31 - O Saldo Financeiro verificado em 31/12/2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31/01/2006.

Art. 32 - A Lei Orçamentária Anual conterà reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

## Capítulo VI

### Dos Ajustamentos do Plano Plurianual

Art. 33 - Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como as alterações em suas metas físicas e financeiras e nas suas regionalizações serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2005.

## Capítulo VII

### Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária

Art. 34 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2003, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º - Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## Capítulo VIII

### Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida

Art. 35 - No exercício financeiro de 2005 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;



c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - O Estado poderá conceder reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no Item I, Parágrafo Único do artigo 22 da referida lei.

Art. 36 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

## **Capítulo IX**

Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito

Art. 37 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 38 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2005, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 39 - A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazo, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - Impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - Ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - Fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - Prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - Promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

## **Capítulo X**

Disposições Transitórias

Art. 40 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2005, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

## **Capítulo XI**

Demais Disposições

Art. 41 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 5º desta lei.

Art. 43 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no Artigo 4º, da Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 44 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 45 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 46 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## **ANEXO I - METAS FISCAIS**

1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior.

A execução orçamentária e financeira de 2003 foi marcada pelos ajustes decorrentes da mudança de Governo e pela continuidade do processo de equilíbrio das contas públicas estaduais. No primeiro trimestre do ano, o Governo Estadual declarou mor-

atória no pagamento das despesas de custeio, inclusive de restos à pagar, com o objetivo de reavaliar os contratos. Ao mesmo tempo iniciou-se o diagnóstico da situação financeira, administrativa e dos programas governamentais a fim de ajustar-se a administração e o orçamento do Estado à estratégia do novo Governo que tomara posse no início de 2003.

Passado o período de moratória, por meio de Decreto, o Poder Executivo efetuou contingenciamento de 30% nos gastos de custeio administrativo, antes de iniciar a liberação dos créditos orçamentários para custeio. Por sua vez, a reavaliação e a readaptação dos programas de governo resultaram em adiamento e reprogramação dos cronogramas de investimentos para o ano.

Como resultado de todas essas medidas, as despesas não financeiras, em especial as outras despesas de custeio (ODC) e os investimentos, apresentaram queda em relação ao programado na LDO respectiva. No entanto as despesas com pessoal e encargos sociais foram acima do programado, basicamente em decorrência da aprovação de reajustes, promoções e progressões no segundo semestre de 2002, com implantação prevista a partir do início de 2003.

Essa situação não fora considerada tanto na LDO quanto no orçamento aprovado para 2003, o que reforçou a necessidade de ajustamentos nesses instrumentos de gestão.

No que se refere às receitas não financeiras, embora o montante realizado tenha se aproximado dos valores previstos na LDO o desempenho também foi diferenciado, assim como nas despesas. Isso ocorreu basicamente devido a excesso de arrecadação nas receitas tributárias com queda nas receitas de transferências. Por sua vez as operações de crédito, que compõem as receitas do Estado, mas são excluídas para efeito de apuração do resultado primário, também foram superestimadas, pois contemplaram o aporte de recursos em programas que, de fato, não foram contratados, bem como em decorrência da reavaliação dos programas de governo.

Por conta dos impactos dessas medidas, as receitas não financeiras apresentaram desempenho semelhante ao previsto na LDO, enquanto as despesas não financeiras foram menores do que o previsto. Esses fatores ajudam a explicar a superação da meta de resultado primário prevista na LDO de 2003 (Tabela 1).

**Tabela 1 - Metas Fiscais Relativas à 2003**

<b>Discriminação</b>	<b>Previsto (em R\$ mil)</b>	<b>Realizado (em R\$ mil)</b>
Receita Não Financeira	10.272.773	10.264.014
Despesa Não Financeira	10.049.448	9.530.418
Resultado Primário	223.325	733.596

Apesar desse excelente desempenho das contas públicas, o perfil do endividamento público do Estado indica comprometimento crescente do orçamento estadual com o pagamento do serviço da dívida no período 2001-2005, com quedas gradativas ocorrendo somente a partir de 2006. Diante disso apesar do desempenho do resultado primário em 2003 ter superado a meta prevista, o serviço da dívida no valor de R\$ 1,19 bilhões, ainda o supera, indicando que a despeito dos esforços no ajustamento das contas públicas, o saldo devedor dívida pública estadual continuará aumentando nos próximos anos.

Esse aumento no estoque da dívida pode ser explicado basicamente por dois fatores. O primeiro é a continuidade dos desembolsos dos programas de financiamento junto a organismos de financiamento nacionais e internacionais, os quais se encerram em 2004 e 2005. O segundo refere-se aos indexadores do estoque da dívida estadual. Da dívida interna cerca de 60% corresponde ao refinanciamento pela União da dívida do Paraná, que é corrigida pelo

IGP-DI, além dos juros de 6% aa. A dívida interna, cerca de 20% da dívida estadual, é indexada à correção cambial, basicamente o dólar, mais os juros contratuais.

Esses dois indexadores, IGP-DI e variação do dólar, desde a mudança de regime cambial ocorrida em 1999, têm sido muito influenciados por efeitos de choques internos e externos na economia, enquanto o IPCA, ao dissipar os choques na sua estrutura de ponderação, coaduna-se ao comportamento das despesas e da arrecadação estadual. Como os efeitos dos choques têm apresentado impactos muitos reduzidos no acréscimo da arrecadação, é crescente o descompasso entre o crescimento do estoque da dívida, da participação relativa do serviço da dívida no orçamento estadual e da arrecadação de receitas.

As Tabelas 2 e 3 resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2002 e 2003 e reprogramadas para 2004:

**Tabela 2 - Metas Fiscais 2002 - 2004 - Preços Correntes - em R\$ mil**

<b>Discriminação</b>	<b>2002 Realizado</b>	<b>2003 Realizado</b>	<b>2004 Reprogramado</b>
I. Resultado Primário Indicado na LDO	83.091	223.325	891.517
II. Resultado Primário Obtido	561.167	733.597	119.782
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	478.076	510.272	- 771.735
IV. Resultado Nominal Obtido	3.277.120	- 221.706	497.650

Fonte: SEFA/SEPL

**Tabela 3 - Metas Fiscais 2002 - 2004 - Preços Constantes de 2004 - em R\$ 1000**

<b>Discriminação</b>	<b>2002 Realizado</b>	<b>2003 Realizado</b>	<b>2004 Reprogramado</b>
I. Resultado Primário Indicado na LDO	101.978	258.074	891.517
II. Resultado Primário Obtido	688.720	847.745	119.782
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	586.743	589.670	- 771.735
IV. Resultado Nominal Obtido	4.022.009	- 244.647	497.650

Fonte: SEFA/SEPL

Como desdobramento do Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 11/98 STN/COAFI/MF firmado com a União em 31/03/1998, o Estado aderiu ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal em outubro daquele ano.

O Programa compõe-se de seis principais metas fiscais que atendem tanto ao desempenho das contas públicas, quanto a aspectos de modernização administrativa e reforma do Estado. No período de 1998 a 2003, o Estado passou a acumular superávits primários com vistas a sustentação do pagamento dos encargos decorrentes do Contrato de Refinanciamento, considerando-se a execução do Tesouro Estadual na metodologia e sistemática específicas do Programa.

## 2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A continuidade da política fiscal para os anos subsequentes tem por objetivo o resgate da capacidade de investimento estadual para apoiar a estratégia de desenvolvimento delineada no Plano de Governo e no Plano Plurianual. Essa estratégia está fundamentada no desenvolvimento sustentável e na distribuição de renda, eixos nos quais se sustentam as ações governamentais por meio das diversas políticas do Estado.

Para a retomada dos investimentos, torna-se necessária a manutenção de superávits primários positivos no período 2004-2007, de modo a contribuir para a redução do estoque e do serviço da dívida, o que per-

mitirá o restabelecimento de fundos para realização de investimentos nos programas do governo.

As metas fiscais mencionadas também decorrem das condições da economia paranaense e brasileira. No cenário para os próximos anos supõe-se a retomada do crescimento sustentável da economia brasileira a partir de 2004 e seus reflexos no Paraná. Em 2003, em decorrência da necessidade de ajustes macroeconômicos aos choques ocorridos em 2002, aumentaram-se as metas de superávit primário para o setor público (4,25% do PIB), promoveu-se o aumento nas taxas de juros no primeiro semestre e a posterior queda no segundo semestre, além do encaminhamento e aprovação das reformas tributária e da previdência.

Essas medidas resultaram na política fiscal e monetária conservadora por parte do Governo Federal tendo por consequência a redução da absorção interna, que aliada ao cenário externo de melhoria na liquidez internacional, à elevação no preço das commodities agrícolas no mercado internacional e à desvalorização do dólar perante outras moedas fortes, permitiram a queda nas taxas de inflação, a queda na taxa de câmbio e melhoria substancial no saldo da balança comercial.

No entanto, em função desses acontecimentos, em 2003 a economia brasileira recobrou o controle da inflação, que foi de 9,3% em 2003 quando fora de 12,53% em 2002, ao custo de uma queda de 0,2% no PIB. Por sua vez, o excelente desempenho da agricultura paranaense, aliado ao crescimento da

produção industrial e das vendas no comércio permitiram que o PIB do Paraná apresentasse crescimento de 3,4%. Para 2004 espera-se a retomada do crescimento da economia brasileira com a manutenção do controle da inflação, bem como a

manutenção do crescimento da economia do Paraná. De 2005 em diante, supõe-se o retorno ao crescimento sustentado da economia, resultando no crescimento do PIB do Paraná de 0,5% acima do PIB brasileiro (Tabela 4).

**Tabela 4 - Indicadores econômicos para o período 2003 - 2007**

Indicador	2003	2004	2005	2006	2007
PIB do Brasil (variação %)	- 0,2%	3,6%	3,7%	3,7%	3,7%
PIB do Paraná (variação %)	3,4%	1,8%	4,2%	4,2%	4,2%
Inflação, IPCA (variação %)	9,17%	5,9%	5,0%	4,8%	4,4%
Inflação, IGP-DI (variação %)	7,56%	7,3%	5,4%	5,4%	4,9%
Taxa de Câmbio, final do ano (R\$/US\$)	2,89	3,15	3,35	3,55	3,69

Fonte: IPARDES/SEPL

A existência de superávits primários nos próximos anos, média de 0,9% do PIB do Paraná, supõe: a) a retomada do crescimento sustentável da economia paranaense e brasileira, o que se refletirá no incremento das receitas não-financeiras do Estado; b) no controle das despesas de manutenção da administração estadual; e c) no cumprimento do Programa de Ajuste Fiscal, firmado com o Governo Federal e em processo de renovação em 2004, permitindo sustentar o pagamento do serviço da dívida. Em conjunto essas

condições permitirão a continuidade do gradual incremento nos recursos disponíveis para a realização de investimentos e a execução de programas finalísticos, tendo por consequência o incremento nas despesas não-financeiras do Estado, com redução da relação Dívida/PIB.

As Tabelas 5 e 6 abaixo resumem as metas fiscais para o triênio 2005-2007, a preços correntes e a preços constantes de 2004, resultantes dos impactos das ações mencionadas.

**Tabela 5 - Metas Fiscais para o Período 2005 - 2007, Preços Correntes**

Discriminação	2005		2006		2007	
	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	12.536.908	14,56%	13.463.541	15,01%	14.354.065	15,36%
II. Despesas Não Financeiras	11.639.905	13,52%	12.676.715	14,13%	13.434.681	14,37%
III. Resultado Primário	897.003	1,04%	786.826	0,88%	919.384	0,98%
IV. Saldo Devedor da Dívida	12.565.976	14,60%	12.881.737	14,36%	13.088.622	14,00%
V. Resultado Nominal	- 271.809	- 0,32%	- 315.761	- 0,35%	- 206.885	- 0,22%

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

**Tabela 6 - Metas Fiscais para o Período 2005 - 2007, Preços Constantes de 2004**

Discriminação	2005		2006		2007	
	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB	R\$1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	9.273.551	14,56%	9.958.981	15,01%	9.634.448	15,36%
II. Despesas Não Financeiras	8.610.038	13,52%	9.376.966	14,13%	9.017.358	14,37%
III. Resultado Primário	663.513	1,04%	582.015	0,88%	617.091	0,98%
IV. Saldo devedor da Dívida	9.295.052	14,60%	9.528.621	14,36%	8.785.083	14,00%
V. Resultado Nominal	- 201.057	- 0,32%	- 233.568	- 0,35%	- 138.861	- 0,22%

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

Nas estimativas das receitas tributárias para o período 2005-2007 foram consideradas as projeções de evolução do Produto Interno Bruto do Paraná (PIB/PR), a variação da inflação (IGP-DI), o retorno dos recursos do Programa Paraná Mais Empregos/PRODEPAR e Esforço Fiscal. Na estimativa do ICMS foram utilizados o IGP-DI e o crescimento do PIB do Paraná, conforme o cenário econômico mencionado. Para fins do cálculo do ICMS, o percentual de evolução do PIB foi depreciado em 45%, ou seja, apenas 55% da evolução foi considerado como fator determinante de acréscimo no imposto. Os valores dos Programas Paraná Mais Empregos e PRODEPAR, estão fundamentados nos quadros de acompanhamento do Programa, elaborados pela Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC/SEFA). Os valores projetados para a arrecadação por meio do esforço fiscal, tem como base os projetos da Coordenação da Receita do Estado (CRE/SEFA), na composição da Receita Tributária do Estado.

Na estimativa das receitas foram incluídos os impactos plenos decorrentes da reforma tributária e previdenciária de 2003. Da reforma tributária consideraram-se os efeitos da descentralização da CIDE e da criação do novo Fundo Orçamentário em substituição à Lei Kandir (LC 87/96). Na descentralização da CIDE, estão contempladas as liberações trimestrais de 25% do total arrecadado como quota-parte dos Estados e Municípios. Esse percentual será aplicado a partir de Abril/2004. Para efeito de projeção considerou a majoração da alíquota para 29% somente para os trimestres a partir de Outubro/2004. Da quota-parte dos Estados e Municípios, a parcela do Estado do Paraná é de 7,23%, sendo 75% do Estado e 25% dos Municípios paranaenses.

O Fundo Orçamentário para compensação de perdas no ICMS de produtos exportados, pendente de regulamentação pelo Governo Federal, contempla a manutenção dos valores distribuídos em 2004, R\$ 4,3 bilhões, com acréscimo de R\$ 2,0 bilhões a partir de 2005. Desse montante cabe ao Paraná 9,53%, sendo 75% ao Estado e 25% aos Municípios.

Da reforma previdenciária, incluiu-se o acréscimo na arrecadação decorrente do recolhimento de contribuição previdenciária dos servidores inativos, cuja Mensagem nº 006/2004 referente ao projeto de lei foi encaminhada à Assembléia Legislativa, com impactos previstos a partir de meados do segundo semestre de 2004.

Para a estimativa das demais receitas do Estado até 2007, foram observadas as normas técnicas e legais, atinentes a cada item específico, considerados os efeitos das alterações na legislação, bem como as variações nos índices de preço e de crescimento do PIB do Paraná e do Brasil de acordo com o cenário utilizado.

No que se refere às despesas, persiste o elevado comprometimento do orçamento estadual com o pagamento de despesas fixas, de caráter permanente e continuado, restringido as disponibilidades para investimentos e execução de programas. Itens como despesas de pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, transferências a municípios, pagamentos de precatórios, PASEP, contrapartidas de empréstimos externos e as vinculações constitucionais e legais a órgãos e programas, são responsáveis por mais de 85% das despesas totais consignadas no orçamento. Esse fato reforça a necessidade do compromisso com a racionalização de despesas, em especial as não-discricionárias, e com os princípios da responsabilidade fiscal.

Para a projeção das despesas de pessoal até 2007, considerou-se a manutenção da atual política de reajustes diferenciados por carreira, de implantações de progressões e promoções e de autorizações para concursos e contratações, somente nos limites e percentuais estritamente permitidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Cabe mencionar, que dentro desses limites estão incluídos os impactos do Plano de Cargos e Salários do Magistério, o crescimento vegetativo da folha de pagamento de 2,39% em 2005 e de 5% em 2006 e 2007, bem como a decorrente readequação do cronograma de implantações,

realizada de forma permanente para compatibilização às exigências legais.

O serviço da dívida, que inclui os pagamentos com juros e amortizações, estará comprometido essencialmente com as obrigações decorrentes das dívidas renegociadas com a União, que representaram cerca de 60% do estoque da dívida do Estado em 2003, e com os pagamentos da dívida externa junto a organismos financeiros internacionais unilaterais e multilaterais, cerca de 20% da dívida em 2003. A projeção dos serviços da dívida foi efetuada de acordo com os cronogramas, índices e parâmetros próprios de cada contrato de endividamento coerentes com o cenário geral adotado para a LDO.

Para as demais despesas de custeio, decorrente dos controles implementados na sistemática de programação orçamentária e financeira, considerou-se apenas a manutenção do valor real observado em 2003, sem nenhum acréscimo adicional.

A despeito das vinculações constitucionais e legais afetarem todas as naturezas de despesa orçamentárias, parcela substancial dessas vinculações está relacionada às despesas de custeio. Como as despesas vinculadas estão atreladas à receita, há a garantia do seu crescimento por conta dos incrementos na arrecadação. Dado o controle legal sobre as despesas de pessoal e a manutenção dos valores reais das outras despesas de custeio, o ajuste termina por ocorrer sempre nas despesas não vinculadas.

A título de exemplo de vinculação orçamentária cabe mencionar o aporte adicional de recursos, a partir de 2004, para atendimento ao artigo 198 e artigo 77, inciso II do ADCT, da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima em 12% das receitas mencionadas naqueles artigos em ações e serviços públicos de saúde, o que implica no aumento da rigidez na execução do orçamento estadual.

Dessa forma, além do controle das despesas de custeio, a diminuição da rigidez orçamentária decorrente das vinculações é essencial para a consolidação das metas fiscais, ao equacionar de modo duradouro os desequilíbrios embutidos no orçamento estadual.

Com base nestas constatações, dada a capacidade de crescimento das receitas, o grau de endividamento do Estado e a rigidez orçamentária decorrente das vinculações, a manutenção de política fiscal é o elemento fundamental para a recuperação da capacidade de investimento do Estado e, por consequência, para o desenvolvimento do Estado.

### 3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2001 a 2003. O Saldo Patrimonial é a categoria do Balanço Patrimonial, das entidades do setor público regidas pela Lei nº 4.320/64, que expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

**Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios**

<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2003 (R\$ 1.000)</b>	<b>2002 (R\$ 1.000)</b>	<b>2001 (R\$ 1.000)</b>
Ativo Financeiro	1.261.043	756.611	915.327
Ativo Permanente	15.831.900	13.038.006	11.051.325
Soma do Ativo Real	17.092.943	13.794.617	11.966.652
Passivo Financeiro	4.248.363	3.771.588	4.069.476
Passivo Permanente	12.484.539	12.415.759	9.408.065
Soma do Passivo Real	16.732.902	16.187.347	13.477.541
Saldo Patrimonial	360.041	- 2.392.730	- 1.510.889

O Balanço Patrimonial do Estado no exercício de 2001 apresentou um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 1.510,8 milhões, resultante da Diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real. Esse déficit apresentado teve um decréscimo de R\$ 322,6 milhões com relação ao déficit patrimonial apurado no exercício de 2000. Já no exercício de 2002 o Balanço Patrimonial apresentou um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 2.392,7 milhões, representando um acréscimo de 634,5 milhões sobre o Déficit Patrimonial de 2001.

O exercício de 2003 apresentou em seu Balanço Patrimonial um Superávit Patrimonial de R\$ 360 milhões.

### 4. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial

O Ativo Total da Parana Previdência em dezembro de 2002 atingiu o montante de R\$ 3,397 bilhões, e em dezembro de 2003 registrou o valor de R\$3,383 bilhões.

O Programa de Investimentos do Fundo Previdenciário que correspondia a R\$ 2,960 bilhões em dezembro de 2002, registrou o valor de R\$ 2,818 bilhões em dezembro de 2003. A desvalorização cambial do Real em relação ao Dólar, no ano de 2003, foi superior a 18% e teve reflexo direto no resultado da carteira, a qual é composta em cerca de 60% por títulos indexados ao Dólar. Os investimentos, excluindo os Certificados Financeiros do Tesouro, renderam 22,06%, correspondendo ao IGP-M +

8,89% ao ano, acima da meta atuarial que é o IGP-M + 6% ao ano.

Nas demonstrações contábeis da Parana Previdência relativas ao exercício de 2003 consta o Parecer Atuarial onde verifica-se no Laudo Atuarial que a situação do Fundo de Previdência da Parana Previdência em 31/12/2003, apresentou-se equilibrada, com a existência de um superávit técnico de R\$ 11.429.778,95, observadas

as colocações técnicas contidas na presente avaliação atuarial.

Esse superávit, foi apurado, tendo em vista que o valor do ativo líquido do Fundo de Previdência, que nos foi informado pela Parana Previdência, apresentou o valor de R\$ 2.039.425.832,95.

O quadro a seguir demonstra os números apresentados no parágrafo anterior.

<b>Reservas Matemáticas</b>	<b>Avaliação Atuarial EC 41 * 4</b>
(1) Benefícios Concedidos *1	822.953.646,00
(2) Benefícios a Conceder *2 e *3	2.746.090.090,00
(3) = (1) + (2) Benefícios Concedidos e a Conceder	3.569.043.736,00
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(1.541.047.682,00)
(5) = (3) + (4) Reservas Matemáticas	2.027.996.054,00
(6) + (7) - (5) Resultado Técnico *5	11.429.778,95
(7) Ativo Líquido do Fundo de Previdência	2.039.425.832,95

#### Notas:

*1	A Reserva de Benefícios concedidos está líquida do valor equivalente a 10% do valor atual dos benefícios futuros, que se projeta como hipótese, receber através da compensação previdenciária prevista na Lei 9.796, avaliada em: 10% de {[982.143.256,00 – (8.317.186,00/0,10)]} + 8.317.186,00 = 98.214.326,00, considerando a proporção de 10% obtida na projeção atuarial retratada no JM/0091/97, de 14/01/1997. Considera-se também, o valor presente atuarialmente calculado, de R\$ 8.317.186,00, referente aos processos já reconhecidos, e em fase de pagamento mensal pelo INSS, correspondentes ao tempo de serviço ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.*
*2	Incorpora o reflexo das 9.760 novas nomeações ocorridas em 27/12/2003, no Estado do Paraná. Esse reflexo reduziu a Reserva Matemática de Benefícios a Conceder em R\$ 11.461.086,00 e acresceu a Reserva a Amortizar de serviços Passados em R\$ 60.462.906,00.
*3	A Reserva de Benefícios a Conceder está líquida do valor equivalente a 10% do valor atual dos benefícios futuros, que se projeta como hipótese, receber através da compensação previdenciária prevista na Lei 9.796, avaliada em: 10% de 3.910.137.764,00 = 391.013.776,00, considerando a proporção de 10% obtida na projeção atuarial retratada no JM/0091/97, de 14/01/1997.
*4	Situação refletindo a EC 41 – Considerando a decisão do Estado do Paraná pela adoção da alíquota de 11%, conforme estabelece os incisos I, II, III, IV e V do artigo 5º do Decreto 2551, de 11/02/2004. - Contribuição de Ativos de 11% sobre a remuneração. - Contribuição para os atuais inativos e pensionistas de 11% sobre o que exceder a R\$ 1.200,00 e, de 11% sobre o que exceder a R\$ 2.400,00 para os futuros inativos e Pensionistas. - Previsão do nível para as futuras pensões de 100% até R\$ 2.400,00 e 70% sobre o que exceder a R\$ 2.400,00.
*5	Se negativo, é Déficit a Equacionar e, se Positivo é Superávit.

#### 5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

São consideradas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (artigo 17, da LC 101/00).

Essas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente somente podem ser financiadas por acréscimos permanentes nas arrecadações. Considera-se de aumento permanente de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Na margem de expansão para 2005 (Tabela 8), as receitas tributárias e de contribuição consideram a

elevação da base tributária decorrente do crescimento do PIB do Paraná e a criação da contribuição sobre servidores inativos, instituída pela reforma previdenciária de 2003. Nas despesas correntes de caráter continuado estão

incluídos os aumentos permanentes decorrentes de decisões tomadas em 2004 que terão impacto adicional em 2005.

**Tabela 8 - Saldo da Margem de Expansão em 2005**

<b>Discriminação</b>	<b>2005</b>
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	791.224
2. Transferências Constitucionais e Legais	194.950
3. Saldo (1-2)	596.274
4. Saldo já utilizado	527.457
Plano de Cargos e Salários do Magistério, Concursos, Promoções e Progr. Carreiras	478.583
Serviço da Dívida	42.803
Precatórios	6.071
5. Margem de Expansão	68.817

## ANEXO II – RISCOS FISCAIS

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2005 conta com riscos fiscais decorrentes da não definição da Reforma Tributária que é consensual entre os dirigentes do setor público e privado.

O novo Fundo de Compensação previsto na LC 87/96 – Lei Kandir está sendo estudado na reforma tributária e até a data de encaminhamento deste projeto de lei não apresentou definição, motivo pelo qual suas previsões ficam em situação de receita condicionada.

O ICMS por ser um tributo de competência estadual, tem uma legislação para cada estado da Federação, a unificação da legislação e a padronização das alíquotas são os passos mais importantes.

Apesar dos avanços, muitas questões são objeto de discussão, especialmente a definição da cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria, o que pode causar impacto financeiro para os Estados com redução ou acréscimo na sua arrecadação, em decorrência das várias alternativas possíveis ainda em discussão.

O Governo do Estado do Paraná em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, assinou o Convênio ICMS 74/03 – CONFAZ que autoriza o Estado a conceder crédito presumido do ICMS aos contribuintes que financiarem projetos culturais vinculados a órgão da administração pública estadual responsável pela cultura, no percentual de até 80% do valor aplicado no projeto. Essa concessão de crédito presumido caracteriza uma renúncia de receita do Estado, cujo valor não pode ainda ser definido, tendo em vista a necessidade de aprovação de regulamentação estadual.

## Ofícios:

Sob o nº 482/2004, do Sr. Renato Adur, Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, encaminhando Relatório de Gestão do Serviço Social Autônomo Paranaidade, relativo ao exercício de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 170/2004, do Sr. Paulo Roberto Godoy - Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminhando Prestação de Contas, referente ao exercício de 2003. **Ao conhecimento da Casa.**

## Indicações:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente indicar o Deputado do PMDB, Delegado Bradock, para fazer parte da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a Proposição nº 22/2004.

Sendo o que se apresenta, aproveito a oportunidade para renovar votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Líder da Bancada do PMDB

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho indicar o Deputado Durval Amaral para compor a Comissão Especial que irá analisar a proposta de Emenda Constitucional nº 22/2004.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL



**Requerimentos:****REQUERIMENTO Nº 594**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) PEDRO IVO ILKIV

**REQUERIMENTO Nº 593**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 580**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01 e 02 da Ordem do Dia de hoje (proposições de veto).

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) NATÁLIO STICA

**REQUERIMENTO Nº 584**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, destaque na discussão e votação do item 01 da presente Ordem do Dia, Proposição de Veto nº 024/2004, Projeto de Lei nº 274/2003, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 574**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Dr. Milton Riquelme de Macedo pela posse como Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, ocorrido em 08 de abril de 2004.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado no seguinte endereço:

Rua Marechal Hermes, 751 - 2º andar; CEP: 80.530-230 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) ADEMIR BIER

**REQUERIMENTO Nº 575**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à nova Diretoria da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná - AMOP, eleita e empossada no dia 19 de março de 2004 para a gestão 2004.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos homenageados, representados pelo Presidente Edgar Bueno, no endereço: Rua Pernambuco, 1936, 85.810-021 Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) ADEMIR BIER

**REQUERIMENTO Nº 589**

Senhor Presidente:

O Parlamentar que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações ao Arcebispo da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioqui-na do Brasil, Paróquia São Jorge, Dom Damaskinos Mansour pelo cinquentenário desta instituição na Cidade de Curitiba, onde foram realizados trabalhos sociais e religiosos de privilegiada importância.

Solicito, ainda, a especial gentileza em cientificar esses votos de congratulações ao homenageado, junto à Igreja Ortodoxa de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) MARCOS ISFER

**REQUERIMENTO Nº 590**

Senhor Presidente:

O Parlamentar que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações ao Pároco da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina do Brasil, Paróquia São Jorge, Ignatios Dibeh pelo cinquentenário desta instituição na cidade de Curitiba, onde forma realizados trabalhos sociais e religiosos de privilegiada importância.

Solicito ainda a especial gentileza em cientificar esses votos de congratulações ao homenageado, junto à Igreja Ortodoxa de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) MARCOS ISFER

**REQUERIMENTO Nº 591**

Senhor Presidente:

O Parlamentar que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações ao Presidente do Conselho Administrativo da Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina do Brasil, Paróquia São Jorge, Abdo Dib Abbage pelo cinquentenário desta insti-

tuição na Cidade de Curitiba, onde foram realizados trabalhos sociais e religiosos de privilegiada importância.

Solicito, ainda, a especial gentileza em cientificar esses votos de congratulações ao homenageado, junto à Igreja Ortodoxa de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 592

Senhor Presidente:

O Parlamentar que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações à Igreja Católica Apostólica Ortodoxa Antioquina no Brasil - Paróquia São Jorge de Curitiba, Estado do Paraná, pelos seus 50 anos de fundação em Curitiba.

Solicito, ainda, a especial gentileza em cientificar esses votos de congratulações à Igreja homenageada.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 576

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Promoção Social, Padre Roque, no sentido de viabilizar recursos financeiros para construção de creches no Município de Campo Largo, que precisa urgente de duas novas creches, pois as atuais estão funcionando em casa locadas pelo Município.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Justiça, Aldo José Parcianello, assim como ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes esclarecimentos:

1) Quais as razões de natureza técnica, política e econômica para a construção de um presídio no Município de São José dos Pinhais?

2) Existe uma política de segurança estadual que implique em construções de unidades prisionais em Municípios como São José dos Pinhais? Se afirmativo, anexar as explicações com os fundamentos técnicos e seus impactos sócio-econômicos.

3) Quais as vantagens de tal construção para o Município e para a população de São José dos Pinhais?

4) Quais as razões pelas quais o presídio não é construído em outra localidade, como por exemplo Piraquara, que já possui um complexo penitenciário e

onde caberia uma ampliação com modernização no sistema, entre outros?

5) A população diretamente afetada foi consultada sobre tal empreendimento? E caso afirmativo qual o resultado? Se não foi por que não realizar, tendo em vista o impacto sócio-jurídico do empreendimento?

6) Qual o custo estimado e a previsão de construção, assim como a capacidade de internos e o número de funcionários que atuariam no empreendimento?

7) Que outras obras já foram iniciadas ou estão destinadas para o Município e para a população de São José dos Pinhais, em 2004?

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. Darcy Deitos, Diretor-Presidente da SUDERHSA, solicitando a perfuração de um poço artesiano na comunidade de Médio Rio Branco, no Município de Missal.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A viabilização do pedido beneficiará 60 famílias residentes na comunidade Rio Branco e no assentamento Grupo Alegria, tratando-se de obra essencial para a melhoria de qualidade de vida dos moradores locais.

#### REQUERIMENTO Nº 586

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a construção de muro e a reforma do prédio da Delegacia de Polícia do Município de Anahy.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O prédio que abriga a Delegacia de Polícia do Município de Anahy, encontra-se em precário estado de conservação, prejudicando substancialmente os serviços prestados por aquela unidade, fazendo-se necessária a construção urgente do muro, em razão de a mesma estar situada na área central do Município, e em frente a uma escola municipal, vindo tal obra garantir maior segurança a alunos e moradores.

#### REQUERIMENTO Nº 581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao Presidente deste Poder Legislativo, Deputado Hermas Brandão, ofi-

ciar aos veículos de comunicação a seguir arrolados, pedindo seja informado a esta Assembléia qual o solicitante das publicações “a pedido” que transcreveram a matéria divulgada no jornal Folha de Londrina, no dia 09 último, cópia anexa, além de informar também qual o valor pago ou a ser pago pela referida publicação e o responsável por tal pagamento, juntando cópia da respectiva nota fiscal.

Jornais: Gazeta do Iguaçu, Hoje, Metrópole São José dos Pinhais e Diário dos Campos.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) DURVAL AMARAL

## Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 125/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído incentivo fiscal destinado a compensar as pessoas jurídicas domiciliadas neste Estado que, na qualidade de transportador, efetuem o pagamento de valores a título de pedágio.

Parágrafo Único - O incentivo fiscal de que trata o *caput* deste artigo somente poderá ser utilizado por pessoa jurídica contribuinte do ICMS.

Art. 2º - O incentivo fiscal de que trata esta lei consistirá na dedução mensal dos valores pagos a título de pedágio do montante do ICMS a recolher.

§ 1º - Para os fins do disposto neste artigo o valor do crédito outorgado deverá ser lançado diretamente no campo “Outros Créditos” do livro Registro de Apuração do ICMS.

§ 2º - Deverão ser mantidos à disposição do fisco os documentos comprobatórios do pagamento de pedágio, cujo respectivo valor tenha sido compensado na forma desta lei.

Art. 3º - O Poder Executivo procederá à regulamentação da utilização do incentivo fiscal instituído nesta lei no prazo de 120 dias a contar da sua publicação, e a promover, no orçamento vigente, as alterações necessárias para a sua implementação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O debate sobre as conseqüências econômicas da instituição do pedágio no Estado do Paraná praticamente dominou todo ano de 2003, ressaltando as medidas adotadas pelo Governo, que, no entanto, de prático quase nada produziu, já que para os maiores interessados - transportadores, autônomos e particulares usuários das rodovias,

a obrigação de pagar continua intacta, impactando em seus orçamentos.

Visando dar uma solução adequada, notadamente aos transportadores constituídos através de empresas, nada mais justo que se permita a compensação dos valores dispendidos em pedágios, com o ICMS a pagar pela prestação de serviço de transporte, desonerando, por conseguinte, o preço das mercadorias transportadas do custo elevadíssimo do pedágio.

Com a medida proposta, toda cadeia produtiva do Estado estará sendo beneficiada, face a naturalização do impacto econômico que os custos referidos normalmente causam em todas as etapas de produção e comercialização dos produtos aqui produzidos.

Os setores econômicos do Estado não podem mais aguardar definições jurídicas e judiciais que normalmente levam anos para terem um desfecho. É preciso ações concretas, como esta que ora propomos.

### PROJETO DE LEI Nº 126/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído incentivo fiscal destinado a estimular as pessoas jurídicas domiciliadas neste Estado, que na qualidade de empregador:

a) gere, novos postos de trabalho para emprego de jovens na faixa etária de 18 a 24 anos;

b) possuam pelo menos 30% (trinta por cento) de seus empregados com idade superior a 40 anos;

Parágrafo Único - O incentivo fiscal de que trata o *caput* não se estende à pessoa jurídica inadimplente para com os tributos estaduais relativamente a créditos tributários que não estejam com a sua exigibilidade suspensa.

Art. 2º - O incentivo fiscal de que trata esta lei, a ser usufruído por parte da pessoa jurídica que cumprir o disposto no artigo anterior, consistirá:

I - para as pessoas jurídicas contribuintes do ICMS, na dedução mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais) do ICMS a recolher, para cada posto de trabalho ocupado por empregado contratado nas condições previstas no artigo 1º, limitado a 30% do saldo devedor mensal do ICMS a recolher;

II - para as pessoas jurídicas contribuintes do IPVA, na dedução anual de R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) do IPVA devido, para cada posto de trabalho ocupado por empregado contratado nas condições previstas no artigo 1º.

§ 1º - Para os fins do disposto no:

a) inciso I, o valor do crédito outorgado deverá ser lançado diretamente no campo “Outros Créditos” do livro Registro de Apuração do ICMS;

b) inciso II, o valor do crédito outorgado de IPVA deverá ser requerido à repartição fiscal do domicílio tributário do requerente, com indicação do veículo auto-

motor em relação ao qual deverá ocorrer a correspondente dedução, mediante a apresentação de:

1 - cópia reprográfica do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo;

2 - documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos legais.

§ 2º - Deverão ser mantidos à disposição do fisco os documentos comprobatórios da existência do contrato de trabalho correspondente ao benefício utilizado, bem como, se for o caso, de que 30% dos empregados possuem idade superior a 40 anos.

Art. 3º - O Poder Legislativo procederá à regulamentação da utilização dos incentivos fiscais instituídos nesta lei no prazo de 120 dias a contar da sua publicação, e a promover no orçamento vigente, as alterações necessárias para a sua implementação.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

A questão do emprego, ou melhor, do desemprego no Brasil, assumiu proporções inimagináveis, projetando um futuro nada promissor aos milhões de jovens e cidadãos carentes de oportunidades de trabalho.

Esperar o reordenamento econômico, dependentes de conjunturas internacionais complexas e demoradas, além das negociações internas nem sempre possíveis, apenas fazem aumentar o desespero e a angústia daqueles que estão privados de meios de sustento para si e seus familiares.

Cabe-nos pensar e propor medidas que minimizem ou atenuem o sofrimento desses cidadãos.

A medida ora proposta pretende ser um agente catalizador de oportunidades, dando como contrapartida uma diminuição do custo tributário àqueles que se dispuserem a aderir.

## Projeto de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 127/2004

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica acrescido parágrafo único ao artigo 14, da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995, com a seguinte redação:

“Art. 14 - ...

Parágrafo Único - O serviço especial de fretamento contínuo de transporte coletivo intermunicipal de trabalhadores e estudantes universitários será autorizado mediante licença a título precário, concedida pelo órgão competente da Administração do Estado, a requerimento do interessado, e se destinará ao transporte de pessoas

vinculadas a obras civis, indústrias, atividades agro-industriais e estudantes universitários matriculados em instituições de ensino superior no Estado do Paraná.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19.04.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei complementar com o objetivo de acrescentar parágrafo único ao artigo 14, da Lei Complementar nº 76, de 21 de dezembro de 1995.

O acatamento da presente proposição, que procura ampliar o disposto no artigo 83 do Decreto 1.821/2000, que regulamentou do transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado do Paraná, trará enormes benefícios aos estudantes universitários, com dificuldades financeiras, que estudam nas nossas instituições de ensino, proporcionando um grande alento à continuidade de seus estudos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para aprovação da proposição em tela.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Padre Paulo.

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados desta Casa; imprensa.

(Lê):

“Hoje comemora-se o Dia do Índio.

Início a minha fala questionando esse termo “comemoração”. Quem comemora? E o que temos para comemorar?

Sabemos da tragédia que foi a chegada do europeu, do homem branco, a este continente. Antes do ano de 1500 estas terras eram uma grande aldeia, onde os povos americanos primitivos viviam em paz, caçando, pescando, com suas mais diversas culturas. Eram milhares deles, falando centenas de línguas, vivendo culturas as mais diversas.

E o que o branco fez? Exterminou, num dos mais tristes genocídios da história. Foram escravizados, caçados, usados e por fim “presos” no que chamamos hoje de reservas.

Perderam os seus rios, suas montanhas, suas florestas, sua liberdade, pois o índio não vive na natureza, mas é parte dela.

Hoje, no Paraná a situação não é diferente do resto do país. Visitei quase todas as 17 reservas deste Estado. E presenciei, *in loco*, a lastimável miséria a que esses herdeiros dessas terras foram conduzidos.

Miséria cultural, histórica, social. Os indígenas são hoje resultado direto da ação do homem branco, que impôs sua cultura, seu sistema político, sua história.

O pouco que podemos fazer hoje para “pagar” a impagável dívida histórica que temos com essas comunidades é, em primeiro lugar, respeitar a sua cultura, as diferenças, garantir a demarcação de suas terras e implementar políticas públicas de apoio. Se invadimos o seu espaço os levamos a absorver parte de nossa cultura, o mínimo que temos a fazer é garantir-lhes condições de subsistência.

Nesse sentido, temos um projeto de lei, que deve entrar na pauta de votação, provavelmente amanhã, instituindo o programa estadual de apoio às comunidades indígenas.

Essa proposta tem por objetivo garantir, promover e incentivar a auto-preservação das comunidades indígenas, assegurando-lhes o direito à assistência especial nas ações de saúde, educação e de apoio às atividades produtivas, em observância ao reconhecimento da sua cultura e organização social diferenciadas.

Vale citar também alguns avanços significativos ocorridos no atual governo do Estado, em parceria com o Governo Federal, como os programas de Saúde, casa da Família Indígena, desenvolvido pela COHAPAR, a Agricultura Indígena, com a distribuição de sementes pela Secretaria da Agricultura, Jogos dos Povos Indígenas, Desperdício Zero, pela Secretaria do Meio Ambiente, entre outros. O Programa Casa da Família Indígena quer, por exemplo, reduzir o déficit habitacional nas terras indígenas do Estado, que hoje é de 1.300 unidades. Da mesma forma tem agido o Governo Federal. A FUNASA tem, por exemplo, ambicioso projeto de saneamento básico, que deve atingir todas as comunidades indígenas do Paraná.

Antes de se destinar um dia a comemorar, temos primeiro de reconhecer a nossa dívida histórica para com esses povos, e, de forma prática, implementar ações a fim de lhes garantir uma vida mais digna, sobretudo sem desrespeitar a sua cultura.”

Nós perguntamos quantos índios hoje temos no Estado? Aqui que era o berço da cultura indígena, como é, em comparação à Grécia, o berço da filosofia? Quantos são hoje os índios do nosso Estado? Fala-se em onze mil, outros afirmam quinze mil, contamos com tantos índios desaldeados.

Encontramos pelo centro de Curitiba, de Maringá, de Foz do Iguaçu, de tantas outras cidades, os nossos povos irmãos, índios pedindo esmolas, bêbados, coisas que não tinha na sua cultura e, hoje levados na cultura do branco. Depois eles perguntaram: O que nós, brancos, fizemos com os índios? Como também, o que fizemos com os negros, com outras tantas minorias do nosso País?

Neste dia 19 de abril, que é o dia apenas que tem agora o índio para comemorar, nós queremos não apenas comemorar 19 de abril, mas dizer, com veemência, que queremos o resgate dessa dívida, paga.

Friso, mais um vez, algumas iniciativas que está tendo o Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado do Paraná, para diminuir o sofrimento das comu-

nidades indígenas. Presenciei em quanto esses povos estão sofrendo, desde fome, falta de habitação, falta de semente para plantar e, sobretudo, o mais importante, roubamo-lhes a sua cultura, o seu direito de viver.

Viva o Dia do Índio! Viva o índio do Paraná! Viva o índio do Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Com a palavra, Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia 11 de março, no Estado do Rio Grande do Sul, na Cidade de Porto Alegre, aconteceu reunião, “O Tribunal Internacional Popular sobre Transgênicos” e, nós tivemos aquele Tribunal que discutiu todas as questões relacionadas às questões dos transgênicos no nosso Brasil. Lá criado um Tribunal com jurados que condenou a empresa Monsanto S/A e, também, a FAR-SUL - Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, a famosa que é um órgão representativo no setor da agropecuária, como referência para todo o Brasil. E nós tivemos, em cima de toda essa discussão, uma posição que esse Tribunal tomou.

Agora, pasmem! Sabem quem pagou a conta desse Tribunal lá no Rio Grande do Sul? Nós, os paranaenses!

Fiz um pedido de informações porque eu soube, através de um informante, que o Governo do Estado do Paraná estava patrocinando esse tribunal, lá no Rio Grande do Sul. E, através desse pedido de informações, vieram os números que foram gastos pelo Estado, neste Tribunal, no valor de trinta e um mil reais quinhentos e dezoito, foi o custo para implantação e a criação desse tribunal, 31 mil reais, recursos esses que foram utilizados para montagem, desmontagem, coordenação geral do evento, incluindo, Deputado Nelson Justus, a produção de camisetas, bonés, equipes de panfletagem, distribuição de brindes, locação de Vans, entre várias outras ações que aquele tribunal tinha necessidade.

Só que ninguém sabia de nada! O Brasil inteiro não sabia quem estava patrocinando, e de uma hora para outra, quem chegou lá para discursar? O governador do Estado do Paraná se fez presente nesse tribunal, sem ninguém esperar, de onde se utilizou dos microfones e marcou a sua posição contra a empresa Monsanto do Brasil e também o órgão representativo dos agropecuaristas do Rio Grande do Sul a FARSUL!

Então, está claro para mim a posição do Governador do Estado! Ele está voltado, sim, para uma questão política/nacional e não diretamente para os interesses da população do Estado do Paraná. Se nós analisarmos as polêmicas que o Governador Roberto Requião entrou nos últimos meses no Brasil afora: tivemos inicialmente, a bronca dos bingos, que foi notícia no Brasil inteiro, aonde as mesmas casas de bingo que ele denunciou foram aquelas que deram dinheiro para a sua campanha

eleitoral, ele, candidato a governador, Roberto Requião. Tudo isso provado através dos sindicatos das empresas de bingo do Estado do Paraná.

Tivemos também Sr. Presidente, o Governador Roberto Requião trazendo à tona a questão do pedágio - ou baixa ou acaba, o pedágio vai baixar ou vai acabar. Até agora não abaixou, não acabou, mas ele vende para o Brasil como o governante e o político que enfrenta as empresas concessionárias que cobram pedágio no nosso País! Tivemos a bronca dos transgênicos no Porto de Paranaguá e tantas outras ações que culminaram agora nesta semana no, entre aspas, Governador Roberto Requião de Mello e Silva, defendendo o movimento sem-terra em suas invasões no Brasil afora, colocando como o movimento sendo uma dádiva divina!

Olha, não posso aceitar. O Governador não quer governar para nós, paranaenses! Ele está preocupado, sim, numa ação dirigida para uma política nacional, não sei se para fazer frente ao Presidente Lula, não sei se abrir uma janela para tentar ser vice do Lula na sua rejeição, ou até mesmo ele tentar ser candidato a Presidente da República.

Mas, não é justo, não! Não é justo nós vermos os recursos do povo paranaense sendo usado nessa intenção eleitoral do Governador Roberto Requião! Não podemos aceitar!

A denúncia está aqui feita, comprovada pelos documentos da Secretaria de Comunicação do Estado do Paraná de que o Governador Roberto Requião foi o patrocinador desse tribunal no Rio Grande do Sul, que, entre aspas, criado lá em júri que condenou a FARSUL e também a empresa Monsanto do Brasil.

Ora, governador, vamos governar para os paranaenses! Vamos melhorar a segurança! Vamos investir na saúde e outras tantas ações prometidas na campanha eleitoral e que até agora não estamos vendo nada! Governador, acorda, o tempo passa e as eleições estão aí!

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Marcos Isfer)**

Com a palavra o deputado Ratinho Júnior

**O SR. RATINHO JÚNIOR**

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas.

Na quinta-feira passada, a Cidade de São José dos Pinhais recebeu uma notícia um pouco triste. Não sei se triste, bombástica. A população está realmente em estado de alerta e até mesmo pasma com tal notícia que recebeu na quinta-feira.

A notícia é que vai ser construído um presídio, onde serão gastos oito milhões de reais, cumprindo pena, 900 marginais de todo o Estado.

São José dos Pinhais, hoje, é o segundo maior ponto automobilístico do País, é a terceira arrecadação do Estado, é a Cidade do aeroporto, é a quarta Cidade que mais cresce no País. Não acho merecedor que a Cidade receba o lixo do Paraná, porque isso nada mais é do que o

lixo de todo o Estado, a criação de uma penitenciária. A Cidade que é conhecida como a Cidade do aeroporto, como a Cidade da Audi, como a Cidade da Renault, não pode receber um presídio, até porque não é uma Cidade estratégica.

Dentro do perímetro urbano, a Cidade sequer foi consultada. Nem a população, nem as suas autoridades e nem as suas lideranças! Não houve um debate, juntamente com o Governo do Estado, com o Governo Municipal, com a população daquele bairro. Foi algo imposto de cima para baixo, fazendo com que a população do Bairro Guatupê tivesse que admitir e, inclusive, engolir essa atitude.

O que queremos é que o Governo do Estado, pare, pense e repense. Não sou nenhum fã do ex-Governador Jaime Lerner, que acredito que fez um segundo mandato muito ruim, mas será que o Roberto Requião quer ser comparado ao Governador Jaime Lerner, que levou a Renault e a Audi? O Governador está levando um presídio! Acredito que o Governador Roberto Requião não quer ter essa imagem, perante a população de São José dos Pinhais.

Venho aqui fazer um apelo ao Governador Roberto Requião, para repensar essa atitude.

Sabemos que têm coisas muito mais importantes para levar a São José dos Pinhais, do que um presídio. Sabemos que São José dos Pinhais necessita de educação, de escolas de 2º grau - há falta de vagas -, de saúde, mais postos de saúde, creches. Acredito que a construção de um presídio não é hoje a grande necessidade de São José dos Pinhais.

Dou uma sugestão ao Governador: tem um viaduto que pedimos no ano passado, que fica entre a Av. das Torres, com a Av. Rui Barbosa - custa sete milhões - e é mais barato do que a construção de um presídio. Tenho certeza que hoje é muito mais importante a construção desse viaduto, do que um presídio. Não queremos que o segundo maior pólo automobilístico do País, também receba o lixo do Estado do Paraná.

Fazemos esse apelo ao Governador, ao Prefeito Municipal, às autoridades que representam a Cidade de São José dos Pinhais, para que essa briga, essa luta seja repassada. São José não merece receber um presídio, para armazenar novecentos presos. Até porque desvaloriza os imóveis das pessoas, que moram ao redor desse presídio. E o principal, quando se tem um presídio, aquelas pessoas que fazem parte da quadrilha daquele que está preso, elas se aglomeram, aonde? Perto do presídio, porque ali vai ficar como sendo a localidade deles, de discussão e de planejamento para a criminalidade!

São José dos Pinhais não é uma Cidade estratégica para se implantar um presídio, porque ali se passa para o Porto de Paranaguá, temos o aeroporto, temos a saída para a BR-116, São Paulo/Rio Grande do Sul, a BR das praias, a BR que vai para Santa Catarina!

Tem que ser novamente repensado. Acredito que o Governador e o Secretário da Justiça não pensaram nes-

sas possibilidades de encaminhamento e da construção desse presídio. Não é prioridade presídio na Cidade de São José dos Pinhais. A prioridade é emprego, saúde e educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente ainda, Deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Ocupo a tribuna nesta tarde para registrar que a Revista Time incluiu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva entre as personalidades mais influentes do mundo, junto com um grupo seleto de chefes de Estado e líderes, como o Papa João Paulo II, e o Presidente americano, George W. Bush.

Lula, segundo a Time, é “o novo porta-voz do mundo em desenvolvimento”.

Os pesquisadores dividiram os 100 nomes em cinco categorias: Líderes e Revolucionários, da qual Lula faz parte, Criadores e Titãs, Cientistas e Pensadores, Heróis e Ícones, além de Artistas e outros nomes do mundo do entretenimento.

Isto comprova que a política externa do Governo Lula está correta. O Brasil desenvolve uma política que defende a soberania e a autonomia dos povos.

O País hoje é referência mundial no combate à fome e à desigualdade social. No início de seu Governo, o Presidente Lula fez uma ponte entre o Fórum Mundial Social em Porto Alegre, e o Fórum Econômico, em Davos. Lula falou aos demais líderes mundiais pedindo que a única guerra seja contra a fome.

O Itamarati também atuou com firmeza e solidariedade na crise da Venezuela, intermediando o diálogo entre a situação e a oposição ao Governo Chávez, evitando assim uma guerra civil naquele país.

Para um país que está em desenvolvimento, um líder máximo da União, que é o Presidente da República, tem essa reputação, essa referência internacional, é um momento histórico que vive o País, no sentido de fazer as mudanças que o Brasil precisa.”

Então, nós do PT, os partidos aliados, sabem do esforço extraordinário do Presidente Lula e sua equipe de Governo os Deputados e Senadores da base de Sustentação, e aqui nós, da Assembleia Legislativa e os Deputados que acreditam nas mudanças deste País. E olhe que estão acontecendo, e devagarinho. É pena que muitos pensam que em um ano e três meses dá para fazer grandes e profundas mudanças. Mas já foram feitas muitas e o Brasil está mudando, os próximos dados nós traremos nas próximas sessões aqui deste plenário. Mudanças importantíssimas que dão estabilidade, dão confiança no mercado e segurança para nosso empreendedor.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Marcos Isfer**)

Concedo a palavra ao deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna nesta Casa para fazer um protesto e um manifesto.

(Lê):

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O protesto é contra o absurdo, despropositado e inaceitável pedido de indiciamento do Deputado Waldir Leite, nosso colega, no inquérito policial forjado pelo Palácio Iguaçu, para tentar encobrir a incompetência do Governo Estadual na gestão do Porto de Paranaguá.

O simples pedido de indiciamento do Deputado, ao lado do Prefeito de Paranaguá, Mário Roque, é uma volta ao passado, um retorno à ditadura, uma recaída no mundo das trevas.

O Governo do Estado usa a polícia e outras instituições contra seus adversários políticos.

Não é muito diferente dos militares que no passado empregavam a política contra os críticos do regime.

O fato é que esta Casa não pode, em hipótese alguma, permitir que o deputado Waldir Leite sofra constrangimento ilegal ou processo judicial por ter criticado a incompetência do Governo estadual e a inoperância da administração do Porto de Paranaguá.

A democracia não pode admitir tamanha agressão ao direito de opinião do parlamentar.

A maior prova que o inquérito policial foi arquitetado pelo Governo Estadual com o único fim de atingir adversários políticos continua sendo mostrada todos os dias pelos canais de televisão. É a gigantesca fila de caminhões que cobre o trecho entre Curitiba e Paranaguá, ora com 90 quilômetros, ora com mais de 110 quilômetros.

O que muda é só a explicação do Governo para a fila. Antes os culpados eram os operadores do Porto. Depois a chuva que impediu o embarque de soja. Depois, as cooperativas que não pararam de despachar caminhões a Paranaguá. Depois, a falta de acordo para o pagamento da hora parada aos caminhoneiros.

Só falta culpar o agricultor, por ter produzido tanta soja, em nosso Estado!

A máquina de propaganda instalada no Palácio Iguaçu, constrói todas as explicações possíveis.

Todas, absolutamente todas, são inacreditáveis.

A máquina de propaganda do governo insiste em fazer os paranaenses acreditarem que a fila de caminhões só existe porque os caminhoneiros não estariam recebendo o pagamento pelas horas paradas.

E não me parece que seja o caso de comparar o drama dos motoristas ao velho dilema sobre quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha. Aqui, não tem ovo e nem galinha.

O que resta é a incapacidade do Porto de Paranaguá em escoar a safra de soja.

Aqui tem a incompetência da administração do Porto em garantir o embarque das nossas exportações.

A falta de conhecimento sobre as condições de operação está levando a atual administração do Porto a causar enormes prejuízos à economia paranaense.

Mas, eu dizia no início, que pretendia fazer um protesto e um manifesto em relação ao Porto.

O protesto é contra a tentativa que o Governo faz de intimidar um Deputado Estadual e a Assembléia Legislativa do Paraná.

O manifesto é em defesa dos interesses dos agricultores, empresários, trabalhadores e exportadores paranaenses.

Ninguém agüenta mais a prepotência do atual superintendente. Ninguém agüenta mais ficar nas mãos da administração do Porto, que não faz os investimentos necessários para manter as condições de operação do terminal e toma decisões contrárias aos interesses da economia paranaense.

O relatório divulgado na semana passada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a ANTAQ, aponta 19 irregularidades na administração do Porto.

São 19 irregularidades que vão do descumprimento de contratos de arrendamento à falta de dragagem do Canal da Galheta, o que coloca em risco o próprio Porto de Paranaguá, que já vem sendo trocado por exportadores por outros portos, como os de São Francisco do Sul e Itajaí.

E o que diz o Governo sobre o relatório da ANTAQ?

Diz, simplesmente, que as respostas sobre os questionamentos da ANTAQ já foram dadas aos técnicos do Governo Federal. E o que diz o superintendente do Porto sobre o relatório?

Ele diz que a ANTAQ usou informações falsas para tirar suas conclusões!

Isso mesmo! Que as informações sobre as freqüentes filas de caminhões com mais de 70 ou 80 quilômetros, são falsas! Que não há falta de dragagem, que não há descumprimento de contratos no Porto e outras coisas mais!

É a versão fantasiosa, de quem não tem compromisso com a economia do Paraná.

É a versão de quem mandou expulsar do Porto os técnicos que colhiam informações para o relatório da ANTAQ!

Em resumo, as explicações do superintendente do Porto de Paranaguá, não merecem crédito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Com a palavra o Deputado Neivo Beraldin, no Grande Expediente.

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de registrar nos Anais desta Casa que, conforme publicado na "Gazeta do Povo" de ontem, palavras ditas pelo Senador Osmar Dias, que este Parlamentar estava deixando o PDT e indo para o PP. Essas palavras não correspondem com a verdade. Também não corresponde com a verdade as afirmativas do Senador, que este Parlamentar não teria 1% nas pesquisas. Gostaria que ele me apresentasse qual pesquisa que tenha sido feita levando o nosso nome à disputa em Curitiba.

É bem verdade que, se tivéssemos o mesmo tempo no rádio e na televisão, teríamos a oportunidade de colocarmos a nossa proposta de governo. O PDT ingressou com a solicitação para o horário gratuito de televisão com data atrasada. Ou seja, o Partido saiu prejudicado.

Senhores Deputados, no dia 24 de novembro do ano passado a CPI do Banestado entregou ao Ministério Público Estadual Federal e ao Juiz da 2ª Vara Criminal de Curitiba, Dr. Sérgio Mouro, o relatório final da CPI do Banestado.

Esse relatório que abrangeu o máximo que nossos técnicos puderam alcançar, sempre dizendo o que poderia ser restituído aos cofres públicos do Estado do Paraná, que comprometeu-se com uma dívida bilionária a ser paga até 2029 em torno de 47 milhões de reais mensais, e que alcançará os próximos governos.

Entre as recomendações do requerimento judicial do ressarcimento do erário, as principais são:

- negligência do Banco Central do Brasil em relação ao Banestado, responsabilização e ressarcimento;

- juros abusivos pagos pelo Banestado à Caixa Econômica Federal e ao Banco Central;

- ressarcimento em relação às irregularidades na avaliação do Banestado sobre a avaliação patrimonial, sobre a manutenção da exclusividade das contas ao Banco Itaú;

- sobre os créditos tributários.

Esses foram os pontos mais relevantes do relatório da CPI do Banestado.

Como sugestões para o Governo do Estado em busca de redução da dívida que está sendo paga pelo povo paranaense, reduzindo a possibilidade de investimento no social.

Quero deixar registrado neste dia 19 de abril de 2004, nos Anais desta Casa, em que passarei às mãos do Procurador Geral do Estado, Sérgio Botto de Lacerda, o trecho do relatório com os documentos que o embasam, sobre o tema: negligência do Banco Central, para a busca do devido ressarcimento pela inércia de um órgão que deveria agir, e não agiu.

A lei é clara em definir seus poderes e prerrogativas, e, em não agindo, deve ser responsabilizado para que seja restabelecida a Justiça!

Vou ler para V. Exas. alguns trechos mais importantes do Processo Administrativo do próprio Banco Cen-



tral, quando realizou monitoramento de Bancos Estaduais, em outubro de 1998, que demonstram sua negligência, senão vejamos.

**(Lê):**

“Salientamos que enquanto não forem disponibilizados os recursos do PROES, não há perspectiva de mudança para melhor do quadro atual, que tende a agravar-se pela acumulação dos encargos por empréstimos na CEF e BACEN.” (Doc. nº 02)

“Em relação à análise das despesas o Banco Central alegou que estavam “enfrentando dificuldades de obtenção dos documentos que instruem as contabilizações nas respectivas rubricas.” (Doc. 03)

“Assim, segundo esses trabalhos, foi constatado que os problemas verificados por ocasião da IGC e no levantamento das causas do deperecimento continuam a existir, havendo contratos deferidos acima dos limites ou com limite inexistente; para clientes com restrições cadastrais; com garantias insuficientes; e sem atender, nos contratos, condições para o deferimento, tais como juros mensais ou implantação de limite de crédito.” (Doc. 04 e 05)

“Da análise de contratos firmados após março de 1998 - a amostra abrange, até outubro, quinze operações novas e dezesseis renegociações - apenas três foram consideradas como normais, havendo nas 28 restantes, pelo menos uma das falhas citadas acima.” (Doc. 05 - 5.1)

“Continua prevalecendo nossa opinião registrada no comentário de 31.07.98, no sentido de que a atual administração não está preocupada em melhorar a concessão de seus créditos.” (Doc. 5 - 5.2)

“Apesar de apresentar um discurso de seriedade e competência, até onde foi possível aferir, o posicionamento da direção do Banco permanece com os mesmos vícios que levaram o conglomerado à situação atual.” (Doc. 05 - 5.3)

Enquanto o Banestado endividava-se mais a cada dia que passava, emprestando dinheiro via CDI da Caixa Econômica para cobrir o caixa diário, e continuava a utilizar-se do Banco para operações que possivelmente não seriam pagas, o Banco Central assistia de camarote. A única coisa que fazia era relatar as irregularidades, talvez na tentativa de se eximir, contudo deixou de atender a vários dispositivos legais que exigiam efetiva fiscalização, e ação para estancar a sangria do dinheiro público que estava escoando pelos ralos da corrupção.

Isso demonstra-se na própria inspeção do Banco Central, quando descreveu que:

“Importante acrescentar que o Diretor de Privatização, em reunião realizada nesta supervisão no dia 22.10.98, além de declarar informalmente que não tem podido realizar as ações que entende necessárias para privatizar a Instituição - mesmo aquelas que não dependem de ingresso de recursos - devido a resistências encontradas junto a seus pares e superiores, solicitou, segundo suas próprias palavras “assumam enquanto resta alguma coisa”. (Doc. 06)

Este relato deixa claro o trato político com que era conduzido o Banco, sem preocupação com o rombo que aumentava a cada dia e sequer com o seu processo de privatização, e ainda que esperava mais do Banco Central para salvar o que o Banco ainda tinha preservado.

A própria Sra. Tereza Grossi, na época Diretora de Fiscalização do BACEN, em depoimento à CPI disse com todas as letras que “o nosso trabalho era muito simples porque havia pressão política sim. (...) era um momento nacional em que fiscalizar banco estadual e federal e exigir do gestor transparência nas contas, não era algo bem visto e não era algo que se esperava que o Banco Central do Brasil fizesse.” (Doc. 07).

Em suma, o Banco Central sempre esteve presente no Banestado, mas apenas identificando as irregularidades, que apenas anos depois eram encaminhadas ao Ministério Público Federal para providências. Contudo, mesmo sabedora da péssima administração da instituição financeira pública, em contrariedade aos interesses da sociedade, inclusive a ponto de apresentar em seu balanço, 2,8 bilhões de passivo a descoberto, deixou de agir, e de cumprir seu papel legalmente estabelecido.

Fica para julgamento de V. Exas., que omissão e negligência talvez não sejam as formas corretas de responsabilização do Banco Central, pois são muito brandas.

Se analisarmos que no período em que o Banestado tinha dificuldades para fechar seu caixa diário, e para tanto socorria-se no intercâmbio à Caixa Econômica, em taxa 20 a 90% superiores à CDI, aumentando a cada dia o valor para o seu saneamento, e que nesta mesma época a Caixa Econômica Federal atravessava delicada situação de liquidez, obviamente o Banestado estava sendo bastante útil para socorrer aquele Banco Federal, que atravessava graves problemas de liquidez.

Como o Banestado iria ser saneado com recursos do Governo Federal a serem pagos pelo povo do Paraná, tudo foi feito e referendado pelo Governo Federal e o Banco Central do Brasil, até porque ninguém imaginava que iria surgir uma CPI, três anos depois, para investigar esta situação.

E, por este motivo é justa a atribuição ao Banco Central do Brasil, na pior das hipóteses, de responsabilidade por negligência, que poderá ser condenado a devolver aos cofres públicos estaduais o valor que teria sido por ele evitado no saneamento do Banco do Estado do Paraná, quando então irá imperar a Justiça!

Sr. Presidente, em verdade trago um pronunciamento rico de detalhes, mas com o telefone aqui da Liderança do Governo, infelizmente não dá para algum orador concentrar-se.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Nós, Deputados de Oposição, oferecemos ao ilustre Parlamentar a tribuna da Oposição, mais silenciosa.

O SR. NEIVO BERALDIN

Agradeço ao Deputado Rossoni e me lembrei da minha avó que dizia: “Respeito vai bem em qualquer lugar”.

Vou voltar a fazer a leitura.

Sinceramente, Deputado Rossoni, com toda sua boa-vontade, vou encaminhar à Mesa para que dê como lido, pronunciamento, e ao mesmo tempo encaminhado à Mesa os documentos que serão entregues ao Procurador Geral do Estado, para que ele possa representar o Estado do Paraná no sentido de acionar o Banco Central por negligência, por omissão, o que evidentemente levaram o prejuízo do Banco muito aquém daquilo que nós merecíamos, porque o Banco Central é o agente regulador do sistema financeiro nacional.

Então, em todos os momentos que a CPI esteve dentro do Banco Central, encontrou anotações oficiais do próprio Banco Central, mostrando que o Banco Central estava sendo omissos e estava esperando simplesmente que o Governo do Paraná tratasse a questão politicamente e que, após essa questão ser tratada politicamente, seria dividido socialmente para que o povo pagasse a conta.

Então, sinceramente, dou como lido este discurso e encaminho à Mesa cópia dos documentos do Banco Central.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Obrigado, Deputado Neivo Beraldin.

No Horário das Lideranças, pelo PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, por cinco minutos.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Vou procurar ser rápido. Ouvi aqui o pronunciamento do Deputado Plauto e fiz algumas anotações, e talvez nem dê tempo para que eu faça o meu pronunciamento na íntegra. Ele falou que o Governador do Paraná está governando para o Brasil, para aparecer nacionalmente, e vou dar uma prova aqui de que isso é verdadeiro.

A Cidade de União da Vitória sofreu, há dias atrás, uma catástrofe, uma chuva de granizo, e lá as autoridades pediram socorro para o Governo do Estado, que encaminhou para União da Vitória em torno de trinta mil telhas de amianto, e o Governador nem foi à União da Vitória para ser solidária à sua população, e aí vem ao encontro ao pronunciamento do Deputado Plauto, de como ele está querendo aparecer com o dinheiro do Paraná, nacionalmente. Se ele quisesse aparecer por competência, eu até concordava, mas não é o caso! Para Santa Catarina, no “Furacão Catarina” que houve, ele encaminhou cem mil telhas de amianto e foi entregar pessoalmente.

Então, vejam o tratamento que ele teve com a Cidade de União da Vitória e com o Estado de Santa Catarina. Não quero aqui dizer que ele não tenha que atender Santa Catarina e colaborar na hora das dificuldades, mas vejam o tratamento que ele deu para União da Vitória e o tratamento que ele deu para Santa Catarina.

Uma outra questão que quero responder aqui ao Deputado Welter, que fez elogios ao Presidente Lula dizendo que ele está incluído entre as cem personalidades do Mundo. Quero dizer que nesta lista estão incluídos também o Bin Laden, o George Bush e outras pessoas que eu poderia aqui enumerar, mas não me lembro na hora. Quer dizer, ele nem deveria ter entrado nesse assunto e o melhor é que ele estivesse na lista dos brasileiros e não estivesse “despencando”, onde os brasileiros estão perdendo a crença no seu Governo. Esta é a grande verdade!

Outra coisa que temos que comentar é que, ao abrir as revistas semanais, a IstoÉ, a Veja, vi nessas revistas uma inserção de que o Porto de Paranaguá é o melhor porto do Brasil. Eu aí me pergunto: Como é que esse porto é o melhor porto do Brasil? É propaganda enganosa ou não é propaganda enganosa? E a fila que está aí, dos caminhões? Vai melhorar a fila agora, mas não é por competência, é porque os caminhões estão indo para Santos e para Santa Catarina. Daí vai diminuir a fila, eu não tenho dúvida.

Mas quero colocar mais uma questão para provar que o Governo não fala a verdade. Quando ele fala do Porto, ele não fala a verdade. Quando eu falo da questão do atendimento na hora das catástrofes, também, ele não fala a verdade.

Quero entrar numa questão que é mais pertinente. O Governo do Estado diz: (quem quiser pegar uma canetinha, quem tiver uma máquina de calcular faça uma conta aqui comigo, porque se há uma coisa que eu gosto é de matemática) que está atendendo 96 mil crianças.

Ele comprou em fevereiro 582 mil litros de leite para distribuir. Ora se ele comprou 582 mil litros de leite, isso dito pelo Conselho Estadual do Leite...

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O senhor poderá ter mais um minuto para a conclusão ou usar o Horário da Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI

Os dois.

Peço um minuto, daí vou resolver se tenho necessidade de fazer uso do Horário da Liderança de Oposição, Sr. Presidente.

Se o Governo comprou 582 mil litros de leite, essa distribuição diária daria vinte mil litros de leite. Estou dando os números redondos; tenho números aqui, que não são redondos. Então, se dá vinte mil litros de leite por dia, vai atender, dizendo-se que dão um litro de leite para cada criança, vinte mil litros dá um litro para cada criança! Então a conta do Governo está errada. Diga-se de

passagem esse Governo é ruim de matemática, que dói. Se estão atendendo as 96 mil crianças, está dando 210 mililitros, ou seja, está dando um copo de leite, para cada criança.

- Quando outro dia - estou vendo o Sr. Lemos aqui o Presidente da APP - Sindicato - eu pedi socorro aos professores do Paraná que ajudassem o Governo a fazer as contas dos professores, fui iluminado por Deus, porque na verdade o mal desse Governo é a matemática.

Pasmem, os senhores! Desde o mês de junho do ano passado, eles estão fazendo as contas para dar aumento aos professores. Fizeram a lei no afogadilho, aqui, porque queriam dar o aumento em fevereiro, agora ficou para maio e, segundo o que nós estamos sabendo, informações do Tribunal de Contas confirmada por conselheiro, de que se a receita do Governo não aumentar, nem no mês de maio vai ter aumento.

Então, professor Lemos, se o senhor puder colaborar com o Governo deste Estado, vamos também informar que hoje é moda, o Lula já formou mil conselhos, para tudo tem, até o Hip Hop, tem um conselho para estudar o problema. Então, vamos formar um conselho de professores de matemática, para ensinar esse Governo a fazer cálculos.

Já estou fazendo uso do Horário da Oposição, Sr. Presidente, agradeço a sua compreensão.

Quando você vê o Governo querendo enganar a população de que o Porto de Paranaguá é o melhor porto! Ora, se esse é o melhor porto, o pior, como é que é? Se o Governo atende melhor Santa Catarina do que o Paraná, e se o Governo brinca com as crianças do Paraná, que é que temos de mais sagrado, quando eles dizem que atendem 96 mil crianças e compram apenas 20 mil litros de leite por dia, ou estão errando no cálculo, que é a minha dedução, e já tinha chegado a isto outro dia num encontro com os professores, esse Governo é ruim de matemática, ou estão, de sã consciência, enganando o povo de Paraná.

Meu caro Líder do Governo, Natálio Stica, quero que V. Exa. me explique como é que um Governo - são números fornecidos pelo Conselho Estadual do Leite, eu quero que V. Exa., com a máquina de calcular faça esta conta: compra-se 582 mil litros e diz que atende 96 mil crianças com um litro. Ou é a multiplicação dos pães, grande milagre, porque segundo dizem já nas ruas do Paraná, e agora eu começo a acreditar de que esta história é verdadeira, que o Requião, no seu primeiro governo, se achava assim quase um deus, quase um ser supremo.

Eu acredito que agora, Deputado Nelson Justus, no segundo Governo Requião, se ele no primeiro se achava um ser supremo, acho que ele está convencido de que é um ser supremo e está fazendo com 20 mil litros de leite, não a multiplicação dos pães, mas a multiplicação do leite, e atendendo a 96 mil crianças com 20 mil litros de leite!

Não tem justificativa! Na verdade, falta a este Governo, está aí o exemplo e eu disse para a APP Sindicato, vocês estão tratando o Requião com tanto carinho,

vocês eram tão duros conosco, com razão, o Governo usou a APP Sindicato e agora está ficando difícil para explicar para os professores. Imaginem se chegar em maio e os homens não conseguirem fechar a matemática deles!

Então, eu acho que o mais urgente que nós temos a fazer, é copiar o governo Lula. Vamos formar mais um conselho, mas um conselho de matemáticos para colaborar com o Governo, porque eles estão com dificuldade de fazer cálculos.

Era isto, Sr. Presidente, e agradeço ao Líder da Oposição por ter me concedido este tempo tão importante.

#### O SR. LUIZ NISHIMORI (**Pela Ordem**)

Eu gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Maringá, Altamir dos Santos, Zebrão e Belini Bravim, aqui nesta Casa de Leis.

Obrigado, Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

PDT.

(**Declina**)

PT com a palavra.

Deputado Natálio Stica.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, antes de usar a palavra, conceder um aparte ao Deputado Francisco Bühler, nosso Deputado de São José dos Pinhais, que precisa fazer algumas correções em cima da palavra do Deputado Ratinho Júnior.

Com a palavra o Deputado Francisco Bühler.

#### O Sr. Francisco Bühler

Obrigado, Deputado Stica.

Eu até entendo a preocupação do Deputado Ratinho Júnior, um dos grandes Deputados do Estado do Paraná, mas entendo também a situação de São José dos Pinhais e a situação do nosso Governador do Estado, Roberto Requião.

Hoje vivemos um momento difícil na Segurança Pública do nosso Estado. Cada dia vem um Deputado aqui falar da sua região e da necessidade de investimento da Segurança Pública do Estado.

Quando vem, através do Secretário da Justiça, Dr. Aldo, junto com o Governador Roberto Requião, querer resolver ou achar a solução para algumas situações na questão da Segurança Pública, não queremos no nosso município. Há uma dificuldade muito grande do Governo Roberto Requião, em imaginar se nenhuma das cidades quer que se faça o Centro de Detenção Provisório. Esse centro é só para os presos que estão em fase de julgamento, que depois, vão para a definitiva.

São José dos Pinhais vive um momento difícil na Segurança Pública. Temos uma cadeia, hoje, com capacidade para 30 presos, que tem mais de 140, na Dele-

gacia de Polícia Civil de São José dos Pinhais! Isso é difícil e não podemos concordar.

A comunidade de São José dos Pinhais, através da nossa pessoa, como Deputado Estadual, através da Associação Comercial, através do nosso Juiz de Direito, Dr. Negrão, através dos promotores públicos do Município, da Câmara Municipal de Vereadores, da grande maioria dos Vereadores, da comunidade, do Prefeito Luiz Carlos Setim, tivemos uma reunião, onde conversamos com o Secretário da Justiça, Dr. Aldo, onde pedimos que olhasse com carinho a situação de São José dos Pinhais; ele colocou à disposição esse centro.

Na oportunidade que tive com o Governador Roberto Requião, frisei da necessidade de ter esse Centro de Detenção Provisória em São José dos Pinhais, prontamente o governo atendeu e autorizou.

Entendo a situação do Deputado Ratinho Júnior. Ele tem voto em todo o Estado do Paraná; seria difícil levar a alguma cidade deste Estado. Quem sabe, falamos com outros do Estado do Paraná, para que leve essas delegacias ou o cadeia para outro Estado, porque no nosso Estado não queremos ter essa inconveniência.

Quero dizer que estou grato ao Governador do Estado do Paraná, em poder ajudar a resolver a situação da Segurança Pública do nosso Estado. São José dos Pinhais é parceiro do Governo do Estado, tanto na questão da indústria, do comércio e na questão da Segurança Pública, junto ao nosso Governo.

O Governo do Estado não está levando só isso para São José dos Pinhais. A reivindicação nossa, como Deputado Estadual, está levando quatro novas escolas de 5ª a 8ª séries do 2º grau, para o Município de São José dos Pinhais. E procurando atender na questão da Saúde Pública, o Hospital e Maternidade de São José dos Pinhais e reivindicação de melhoria daquele hospital, o Governo já se prontificou a atender.

Acredito que a comunidade de São José dos Pinhais vai entender essa situação, Deputado Stica, de fazermos juntos essa parceria, e que o Estado do Paraná seja cada vez mais forte, junto com São José dos Pinhais, com uma melhor qualidade de vida. Investir na Segurança Pública é qualidade de vida.

Obrigado, Deputado Stica.

#### **O Sr. Ratinho Júnior**

É para fazer o rebate sobre os argumentos do Deputado Francisco Bühner.

Não acredito que o povo de São José aprove esse presídio que está indo para lá. Tanto não aprova, que o povo está contra e não acredita que a melhoria da Segurança está em se construir um presídio. Se a cadeia hoje tem 140 presos, a partir do momento em que esse presídio tiver novecentos, daqui dois meses terá 1.800, porque o Estado vai armazenar marginais do Estado inteiro, não serão apenas os 130 que estão na cadeia!

Não é construindo presídios que se tem a solução para a violência, na Segurança Pública. É levando via-

tura, aumentando o contingente das Polícias Militar e Civil. Tenho certeza que, se o povo tivesse sido ouvido nessa questão do presídio, não teria sido esse acordo e nem esse presídio estaria indo para lá. O pior de tudo é que a Câmara de Vereadores também não foi ouvida. Foi uma decisão autoritária, que o povo de São José dos Pinhais não admite e não admitirá! Nós somos contra o presídio!

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Eu só queria comunicar que hoje pela manhã estive em Curitiba e ainda se encontra em nossa Cidade, o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, do Governo Lula, que veio liberar uma verba para a realização da BR-116, do projeto BR Cidade. Mesmo em vésperas de uma eleição, Lula cumpre com a sua promessa de liberar, isto que já era uma proposta de dois anos passados, onde nós vamos transformar parte da Cidade de Curitiba, e Lula demonstra, com isso, que não governa olhando a cor de Partido, mas sim, as necessidades dos Municípios do País onde ele é Presidente.

Portanto, quero parabenizar o Presidente Lula, o Ministro Alfredo Nascimento, que assumiu recentemente o Ministério dos Transportes, em nome do Partido dos Trabalhadores da nossa Cidade.

Muito obrigado!

#### **O Sr. Neivo Beraldin**

Se me permite um curto aparte, Deputado Natálio Stica, seu que V. Exa. não queria atrapalhar nosso pronunciamento.

Sei também que está errado ter um telefone ali atrás da tribuna, porque infelizmente não se pode sentir à vontade com alguém falando no telefone. V. Exa. não tem culpa, acho que esse telefone não está no lugar, mas queria abordar num segundo a questão desse empréstimo que vem para Curitiba, para a BR-116.

Para V. Exa. ter uma idéia, a obra vai custar nove milhões de reais o quilômetro. Veja que um quilômetro de asfalto normal custa, pelo Estado afora, trezentos mil reais, por aí.

Há um superfaturamento nessa obra. Infelizmente, quem vai pagar esse empréstimo será o cidadão mais pobre de Curitiba. Infelizmente, esse empréstimo foi objeto de várias ações na Justiça. Muitas vezes se venceu a tentativa do Prefeito em contrair esse empréstimo, endividar a cidade. Infelizmente o Prefeito acabou conseguindo, com anuência do Governo Federal, uma obra superfaturada, que a história vai mostrar.

#### **O SR. NATÁLIO STICA**

Isso é a licitação que vai dizer. O importante é que o Lula não faz retaliações a nenhum Partido.

#### **O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Informo que estive no evento representando a Assembléia. Foi um evento importante onde a Cidade de Curitiba foi contemplada com essa possibilidade de recursos.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

V. Exa. poderia nos comunicar qual o valor dos recursos?

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

O evento Deputado Rossoni, era apenas um convênio de delegação da antiga Rodovia BR-116, hoje 476, para que Curitiba possa auferir esses empréstimos.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Questão de Ordem**)

Foi por isso que pedi essa Questão de Ordem, porque o ilustre Líder disse que foi uma verba que estava sendo transferida para o Município de Curitiba, e eu tinha lido nos jornais que era transferência esse trecho da BR.

Então V. Exa. está corrigindo isso em bom tempo. Agradeço a sua competência.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Só para dizer que todo o curitibano lamenta muito essa delegação, porque havendo uma série de denúncias já sobre as tentativas de licitações feitas em cima desse trecho rodoviário, espanta muito que o Governo Federal não tomasse o cuidado de, ao delegar, colocar cláusulas que impedissem o verdadeiro assalto que haverá aos cofres públicos paranaenses e curitibanos.

Muito obrigado!

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, V. Exa., como Presidente do PT do Estado, encareço para que interfira junto ao Ministério dos Transportes do Governo Federal, no sentido de que esta verba seja repensada, porque este é um empréstimo internacional, onde teve o “dedo” do Senado da República e aonde esta obra está ampla e publicamente denunciada como uma das obras, talvez mais superfaturadas que este País já viu.

Por isso, quero pedir a V. Exa. como Presidente do PT e Vice-Presidente desta Casa, que interfira junto ao Ministério dos Transportes a fim de inviabilizar este empréstimo.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Pediria a compreensão dos Deputados para que não fizéssemos da Questão de Ordem, que é apenas para auferir ou pedir ou comparar itens regimentais, o debate desta obra, porque nós teremos oportunidade de fazê-lo.

Hoje, foi um contrato de delegação; estive representando a Assembléia e não o meu Partido. Qualquer encaminhamento a respeito tem a metodologia regimental e judicial para questionar qualquer coisa, qualquer aspecto desta obra.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

O Deputado Neivo Berardin acabou de citar aqui, que esta verba veio por meio do Senado Federal! V. Exa. citou isto!

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Não! O Senado dá autorização para empréstimos internacionais.

O SR. JOCELITO CANTO

Então, não tem nada a ver com Senador?

Eu achei que V. Exa. anda meio agitado e teria atacado o meu Senador, Osmar Dias.

Não foi isto não, não é?

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Eu fui citado e sou obrigado a responder.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não é uma questão de ordem, Deputado, mas, conclua, rapidamente.

O SR. NEIVO BERARDIN

O ilustre Deputado Jocelito Canto está querendo passar uma situação que não é verdadeira. Quando um Município ou um Estado pretende contrair um empréstimo internacional, precisam ter o aval da União Federal. E, para que ele possa ter o aval da União Federal, tem que ter anuência do Senado Federal! V. Exa. como foi Prefeito, deveria saber disso.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Não temos questão de ordem a resolver.

Com a palavra, o Deputado Dobrandino da Silva, por cinco minutos.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna com três questionamentos que quero fazer, com relação ao discurso do Deputado da Oposição.

O Deputado Plauto Miró Guimarães se referiu ao pedágio, não acabou e nem abaixou. Eu não quero deixar a pergunta no ar, para os próprios Deputados desta Casa: qual foi o prejuízo maior? Foi pelo menos não deixar subir o pedágio! Quanto já ganhou a população do Paraná se não fosse este Governo, que defende a população! Só este pedágio que se dirige ao Porto de Paranaguá, já tinha sido vetado duas vezes e deveria estar hoje perto de 10, a tarifa!

O Paraná perdeu ou ganhou com a posição do Governador Requião? Uma das concessionárias já baixou a tarifa. Se não fosse este Governo, aonde estaria o seu valor?

Portanto, com a posição firme deste Governador, a população do Paraná pelo menos tem deixado de tirar

mais dinheiro do bolso, através de uma sangria desatada, pelo Governador anterior, que quando veio a campanha eleitoral, num acerto com as concessionárias, véspera de eleição - a tarifa abaixou e em seguida, subiu. Neste aspecto, quero dizer que este Governo, pelo menos tem defendido a população do Paraná.

A mesma coisa quero falar ao meu grande amigo Valdir Rossoni, por quem tenho grande respeito, e é lógico, são Deputados da Oposição, estão no papel deles. Democracia é isso, não vejo nada de mal nisso, estão corretos eles, mas cabe a nós rebater quando não concordamos.

O leite das crianças, o deputado Valdir Rossoni denunciou que o Governo não está sendo correto, porque está anunciando 92 mil crianças atendidas com vinte mil litros de leite. O que é melhor, distribuir vinte mil litros ou deixar as crianças na miséria, como estavam anos passados? Pelo menos o Governo está fazendo alguma coisa.

E a mesma coisa no caso da penitenciária de São José dos Pinhais. Na minha cidade de Foz do Iguaçu, teve um questionamento amplo nessa questão. Tinha um cadeião que tudo mundo vivia fugindo de lá, e eu dizia que não era tão ruim como se falava. E hoje tem uma penitenciária moderna, feita pelo Governo passado. E não podemos falar que é um lixo, porque não é!

E onde vamos colocar esse presídio, essa cadeia, se não pode em São José dos Pinhais, não pode em Curitiba? Então vamos botar em outro Estado! É uma questão administrativa. Agora, se não pudermos construir presídios, como ficará a segurança do Paraná?

Discordo quando falam que vão levar o lixo para São José dos Pinhais. Em algum município terá que ser construído.

Portanto, deixo esta questão nesta Casa.

Nobre Deputado Valdir Rossoni a quem devoto o maior respeito, é o seu papel fazer críticas, mas é meu papel fazer a defesa deste Governo.

Muito obrigado!

#### O SR. VALDIR ROSSONI **(Pela Ordem)**

Gostaria também de externar a minha admiração ao Deputado Dobrandino, mas quero discordar dele quando diz que é melhor distribuir 20 mil litros do que nada. Não! O melhor mesmo, é falar a verdade. O Governo está faltando com a verdade, quando fala que está atendendo 96 mil crianças, porque daí dá um copo de leite! Muito obrigado!

#### O SR. RATINHO JÚNIOR **(Pela Ordem)**

Com todo respeito ao Deputado Dobrandino, mas acredito também que é importante a construção de presídio.

Então, gostaria de sugerir, e o povo de São José dos Pinhais vai agradecer, que fosse encaminhado para Foz do Iguaçu.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE **(André Vargas)**

Com a palavra o Deputado Natálio Stica, na Liderança do Governo.

#### O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouçó, a cada Sessão aqui realizada, a Oposição, nas seus discursos, que não tem mais por onde sair e vem na mesma batida falando do Porto de Paranaguá; falando hoje, inclusive com uma novidade: a distribuição de leite.

Primeiro, vamos lembrar aqui, que o Governador Requião consegue, depois de oito anos de desgoverno no Estado do Paraná, fazer um governo voltado ao social. Veja, que estamos discutindo quanto de leite está sendo distribuído para as crianças de famílias pobres do nosso Estado!

Não tenho aqui os números, Deputado Valdir Rossoni, mas trarei com certeza, para dizer quanto é que de fato está sendo distribuído e se o governo errou ou não em seus números divulgados, mas o fato é que está sendo distribuído! Uma iniciativa que tem ajudado muito as famílias de baixa renda.

Da mesma forma, o Governo consegue, após ter mantido felizmente a COPEL como uma empresa estatal e recuperando ainda, não toda, mas boa parte da SANEPAR que já estava sendo entregue. Está aí com dois projetos da maior abrangência na área de assuntos de ajuda, principalmente às famílias carentes, que é a Luz Fraterna e o programa da água para as famílias de baixa renda.

Vejam que iniciativas deste Governo colocam como prioridade as famílias que estão na exclusão social, de baixa renda, que mais necessitam de uma ajuda.

Se não conseguimos ainda atingir o número que se faz necessário, estamos trilhando no caminho da certeza que vamos incluir socialmente um número significativo de famílias.

E, quando vejo a mesma batida do porto de Paranaguá, quero lembrar, principalmente aos Deputados de Oposição, de que participei sábado de uma entrevista coletiva lá no porto, aonde a imprensa internacional esteve a convite do Governador Requião, conhecendo o que representa o melhor ou um dos melhores portos do Brasil, que é o Porto de Paranaguá.

Tenho certeza que a repercussão mundial vai ser outra, a partir de agora.

Estamos sim, no caminho certo. Brigando contra interesses homéricos. É interesse da transgenia que quer derrubar a única soja pura no Brasil que ainda podemos dizer, garantida aqui no Estado do Paraná. E que tenho dito, vale a pena esse sacrifício por um ou dois anos, para ver o que o Mercado Mundial vai apontar, porque na verdade quem vai dizer qual a melhor soja para o mundo é o mercado!

Tenho certeza que estamos trilhando o caminho certo.

A questão da dragagem que tanto se fala aqui, tem que lembrar porque foi cortado o contrato da dragagem. E mostra que estavam certos; um ano sem dragagem e não encalhou nenhum navio. É porque estava sendo acompanhado o, calado, em quanto tinha ainda de margem de segurança para os navios que por aqui entram e saem para carregar e descarregar.

Vai ser feita agora sim uma dragagem de emergência até que se tenha uma draga que vai ser propriedade do Porto de Paranaguá baixando e muito os custos pagos em contratos de dragagem como eram feitos no passado que beneficiava muita gente, além de retirar a areia daquele canal.

O Porto de Paranaguá, sem sombra de dúvidas é ou está entre os melhores Portos do Brasil. E digo mais, a fila de caminhões que se fez, primeiro pela crise de abundância que o Paraná vive de grãos, segundo por um problema de intempérie - que já expliquei aqui na semana passada - que foi a maior enchente que Paranaguá teve nos últimos cinquenta anos, e terceiro, ainda, os operadores trazendo caminhões, mesma sabendo que a chuva não deixava fazer a descarga, para poder dizer para a imprensa que a fila continua grande por inoperância. E agora podemos garantir que não estão levando soja por outros portos - continua vindo por aqui, só que estão fazendo o que já estava sendo feito antes da inundação em Paranaguá.

Portanto, estamos, sim, no caminho certo, e volto a repetir aqui: a Oposição vai continuar batendo na mesma tecla e nós vamos trazer cada vez mais números para dizer que o Paraná continua trilhando o caminho do sucesso, que vai levar o nosso Estado e estar de volta entre os principais Estados, um dos mais pujantes da Federação Brasileira, graças à maneira firme, forte e decisiva com que o Governo e sua equipe têm levado com seriedade as obras, as ações e a eficácia que este Governo está demonstrando no Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Deputado Antonio Anibelli, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Deputado Delegado Bradock, membro do partido, para fazer parte da Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar sobre a proposição de nº 22/04. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do

expediente, indicando o Deputado Durval Amaral, para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá analisar a Proposta de Emenda Constitucional nº 22/04. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 580, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01 e 02 da Ordem do Dia de hoje (**Proposições de Veto**). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 593, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando a inversão total da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 089/2004, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária do Artesanato e Costureiras de Roncador - Artiron, com sede no município de Roncador e foro no Município de Iretama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Justificativa de Voto.

(**Assentimento**)

Senhor Presidente, voto favorável ao Projeto do Deputado Nelson Tureck, porque ele defende essa Região com muita competência. Mas, quero também registrar aqui que fico satisfeito quando o Líder do Governo sobe a tribuna e não contesta os meus números - é porque ele está admitindo.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Isso não está incluído na Justificativa de Voto, Deputado Rossoni.

### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/2004, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, que declara de Utilidade Pública o Lar São Vicente de Paula, com sede e foro no Município de Ribeirão do Pinhal. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/2004, de autoria do Deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública o Centro de Tradições Gaúchas Esteio da esperança, com sede e foro no Município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/2004, de autoria do Deputado Natálio Stica, que declara de Utilidade Pública a Federação Paranaense de Motociclismo, com sede e foro no Município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de Utilidade Pública o Grupo Sansey Cultural e Beneficente, com sede e foro em Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 115/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Santa Bárbara, com sede no Município de Figueira e foro no Município de Curiúva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 05**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 077/2004, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que decreta o dia 02 de maio como Dia estadual da Comunidade Polonesa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Em discussão

**Aprovada a emenda.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

- 30 Srs. Deputados aprovam a emenda. Está

APROVADA.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Justificativa**)

Sr. Presidente, eu apenas quero agradecer a unanimidade dos Srs. Deputados em aprovar esse dia especial pela importância da Colônia Polonesa, que tem ao nosso Estado do Paraná, esperamos apenas a sanção do Governador e finalmente a Colônia, que é

numerosa no Paraná e que muito fez pelo engrandecimento de Curitiba e do Estado do Paraná, terá o dia 2 de maio, como o dia de homenagem a Colônia Polonesa.

Muito obrigado a todos os Deputados e muito especialmente ao Deputado Durval Amaral, que encaminhou a votação e que votou a favor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

**ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede a isenção das taxas de estadias nos pátios do DETRAN aos veículos que se beneficiaram da Lei nº 13.957/2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. COM EMENDA DA SP. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/2003, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial nas escolas da Rede Pública Estadual de Educação. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CECE. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 452/2003. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, acima aprovado, votaremos em bloco o item 02 e o item 01.

**ITEM 02**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 029/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 273/2003, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que autoriza a criação da disciplina de informática para a Rede Pública. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 014/2004.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 391/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 273/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.



Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a “incluir na grade curricular do Ensino Médio da Rede Pública a disciplina de informática.”

O projeto de lei em referência não mereceu acolhimento porque, segundo pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação, a medida, pela forma como está posta, é contrária aos superiores interesses do ensino, tendo em vista que a definição das diretrizes curriculares que norteiam a filosofia e a prática de ensinamento nas instituições estaduais de ensino competem à referida Secretaria de Estado da Educação, na forma de disciplinamentos contidos nas normas básicas de ensino, estabelecidas pela legislação federal pertinente.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

#### PROJETO DE LEI Nº 273/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir na grade curricular do Ensino Médio da Rede Pública a disciplina de informática.

Art. 2º - O ensino de informática deverá visar a inclusão social, o desenvolvimento de habilidades pessoais o preparo e qualificação para o trabalho.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.12.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### JUSTIFICATIVA:

O aprendizado da informática e de todas suas abrangências é fundamental para o ser humano atualmente, principalmente para aqueles que logo estarão adentrando ao mercado de trabalho.

A Rede Pública de ensino deve possibilitar aos alunos o aprendizado constante de informática e suas possibilidades de aplicação na vida profissional e pessoal, de forma obrigatória e continuada, como disciplina e não mais de forma de laboratórios de informática ou outras formas menos abrangentes.

É possível aqueles que tenham condição financeira melhor adquirir um micro-computador, ou mesmo fazer cursos de informática particulares mas não é essa a realidade dos alunos da rede pública, que devem ser amparados pelo Poder Público, até para o cumprimento das normas constitucionais e legais, em especial o Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante à criança e ao adolescente o direito à educação, visando ao pleno desen-

volvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação ao trabalho (artigo 53).

A falta de conhecimento de informática atualmente é causador inclusive de exclusão social, gerando inúmeras ações da sociedade civil no sentido de diminuir este abismo tecnológico.

A própria Secretaria de Educação tem um projeto chamado NetEscola, onde as escolas públicas estaduais podem gerar e manter suas páginas na internet, mas se não houver inclusão total dos alunos da rede pública, e principalmente do ensino médio neste contexto não será possível garantir-lhes o pleno direito constitucional de educação.

Desta forma o presente projeto de lei visa a obrigatoriedade do ensino da informática na grade curricular do ensino médio para atingir a totalidade de alunos que a compõe e garantir-lhes o acesso ao conhecimento necessário.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 29/2004

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 273/2003, de autoria do Deputado Barbosa Neto, objeto de veto do Governador, visa autorizar a criação da disciplina de informática para a Rede Pública.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

#### ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 024/2004, veto apostado ao Projeto de Lei nº 274/2003, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que autoriza a inclusão do sistema de Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental da Rede Pública. COM RELATÓRIO DA CCJ. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 09/2004.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 392/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 274/2003, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos diante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre implementação da Educação em “Tempo Integral no Ensino Fundamental da Rede Pública.”

O veto apostado decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Educação de que a proposição, tal como está posta, de maneira demasiadamente ampla e genérica, não reúne as necessárias condições para plena exequiude e, ainda, porque não há previsão de custos nem existe disponibilidade de recursos orçamentários para adotá-la.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 274/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental da Rede Pública.

Art. 2º - O prazo para efetivação integral será de 5 anos para pelo menos 10% (dez por cento) dos estabelecimentos de ensino estadual, atingindo a totalidade dos estabelecimentos no prazo máximo de 10 anos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 10.12.2003.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação dispõe em seu artigo 34:

Art. 34 - A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro anos de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º - São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta lei.

§ 2º - O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

A LDB ao trazer esta determinação tinha como meta a melhora da condição educacional do ensino fundamental, pois é sabido que nesta fase elas estão em pleno desenvolvimento pessoal e necessitam de acompanhamento especial e direto, que não pode muitas vezes ser feito pela própria família.

Atualmente as condições de trabalho não permitem que apenas um dos pais estejam trabalhando, mas com

certeza ambos, o que impedem de estarem permanentemente com seus filhos, e conseqüentemente estes não têm a assistência necessária.

A educação em tempo integral compreende o ensino de qualidade que garanta formação do aluno com o alcance de suas necessidades sociais, políticas, esportivas, econômicas, culturais, formando-o como ser crítico e integrado a realidade.

Neste sentido que o presente projeto de lei visa acelerar no âmbito estadual e conseqüentemente municipal, a implantação do ensino em tempo integral.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 24/2004

#### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 274/2003, de autoria do Deputado Barbosa Neto, objeto de veto do Governador, visa autorizar a inclusão do sistema de Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental da Rede Pública.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

Em votação.

#### O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Ambos os relatórios da CCJ considerando os projetos aptos a votação.

#### O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, os dois vetos, no nosso entendimento, não são vetos para projetos que não vão trazer nenhum complicador. Primeiro, porque são projetos que autorizam o Governo a fazer tanto a implantação da matéria de informática no ensino de segundo grau, quanto ao tempo integral de permanência nas escolas.

Ora, se é um projeto que visa autorizar o Governo, ele dá condição do governo analisar a possibilidade portanto, o projeto não traz nenhum complicador ao Governo do Estado. Eu até desconheço por que vieram como veto às matérias - já que são matérias - em especial à de informática, que tem tudo a ver com o programa que o Governo está lançando.

Recentemente aqui, mais precisamente nos últimos 15, 20 dias, esta Casa lançou o projeto do Governo do Estado do Paraná, chamado Inclusão Digital.

O qu que visa este projeto? Levar a informatização, a informática para as famílias, em especial às crianças carentes do Estado do Paraná, tanto é que o projeto já começa nos municípios de menor IDH, ou seja, vão ser instalados postos aonde terão lá computadores, internet,

dando condição do jovem, filho de família de baixa renda poder ter acesso ao mundo pela internet e poder, acima de tudo, ter o aprendizado de informática.

Portanto, o projeto do Deputado Barbosa é louvável, porque ele se preocupa com a informatização, e cá entre nós, não podemos mais acreditar num mercado tão nefasto, num capitalismo tão selvagem no nosso País, que o jovem, principalmente este que busca o primeiro emprego, se ele não tiver o mínimo de conhecimento de um computador ele já está descartado de um processo seletivo.

Então, é um projeto que tem, com certeza, um encaminhamento que deveria ser adequado da melhor maneira possível, ele dá a condição, já que é autorizatório, para que o Governo veja nas suas possibilidades orçamentárias, no plano plurianual, se consegue ou não. Também, se não conseguir colocar nos seus quatro anos de Governo, nada impede de o projeto estar aprovado e alguém se aproveitar deste projeto que se torna lei.

Portanto, eu acho desnecessário; não conversei com ninguém do Palácio, mas estou liberando a bancada para que vote de acordo com a sua consciência nos dois. O projeto de tempo integral nas escolas é uma meta, um objetivo nosso no Estado do Paraná, como é um objetivo também nacionalmente de busca, claro que é muito difícil, não temos condição hoje de dizer que será implantado porque não há a mínima condição de que todos os alunos tenham a permanência de tempo integral numa escola, mas certamente é um sonho, é uma utopia que devemos buscar, já que queremos o melhor para os nossos jovens.

Portanto, eu deixo liberada a nossa Bancada para que vote como melhor convier na sua consciência, já que com certeza absoluta em nada vai prejudicar o bom andamento do Governo do Estado do Paraná que poderá, se tiver condição, implantar o projeto ou fazer um estudo e ver a melhor hora de viabilidade. Se não for possível, nada atrapalha o nosso Governo. Portanto, deixo liberado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Até para que o Deputado Natálio Stica não ache que o Deputado Rossoni só faz críticas, quero elogiar a sua atitude no momento em que libera a Bancada para derrubarmos o veto, porque, se não falha a minha memória, - e ouvi das palavras do Líder - isto é uma meta do governo a ser alcançada, e segundo o que eu sei, é uma proposta de campanha para que o ensino fundamental tivesse tempo integral, não apenas do governo Estadual, mas também do Federal. essa é a questão.

Para que o Deputado Natálio Stica, que não teve a oportunidade, aqui, de trazer os números exatos, dos números que trouxe, no meu pronunciamento recebeu de mim as críticas, quero que agora ele receba os meus elogios, pela compreensão, mesmo não tendo falado com o Palácio, neste momento soa mais forte que é melhor para o povo paranaense. Que bom que esse líder se comporta

dessa maneira, porque aí, sim, certamente esta Casa cada vez mais vai ter o respeito da população paranaense.

Espero que em outras oportunidades ele proceda da mesma forma.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, para encaminhar, ao Deputado Barbosa Neto.

#### O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria inicialmente, de agradecer aqui ao Líder do Partido dos Trabalhadores e Líder do Governo nesta Casa, Deputado Natálio Stica, pela oportunidade que dá a todos os membros desta Casa de votar livremente, e, portanto, derrubar na tarde de hoje esses dois vetos, que tratam basicamente da inclusão social, através da educação.

Gostaria de salientar aqui que são dois projetos autorizatórios, como disse bem o Deputado Natálio Stica, possibilitando principalmente o projeto da educação em tempo integral, a oportunidade para que em cinco anos, de forma lenta, possa, a partir desse período obter, que 10% das escolas do nosso Estado, adotem essa prática, lembrando que a Capital do Paraná, Curitiba, possui 60 escolas, que já adotam a educação em tempo integral. Algumas escolas do interior do Paraná, também. A Lei de Diretrizes e Bases prevê que a partir do ano de 2007, as escolas do Paraná, escolas públicas, também adotem o regime em tempo integral.

Eu gostaria de acreditar, aqui, na Liderança da base aliada, pedir os votos da Oposição, eu como membro do Bloco Independente, para que esses dois vetos sejam derrubados na tarde de hoje, em prol da educação do Paraná, em prol da inclusão social dos nossos jovens, tanto através da informatização quanto também através da educação em tempo integral, que são mecanismo, instrumentos respeitados por organismos internacionais, inclusive, como o melhor caminho para diminuirmos esse abismo social, que paira no nosso País.

Eu gostaria de agradecer aqui, ao Deputado Natálio Stica, e somar-me ao vosso pronunciamento, bem como aos Deputados que fazem parte da Base Aliada, do Bloco Independente, para que possamos derrubar esses dois vetos na tarde de hoje.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Serão votado em bloco os dois vetos, conforme requerimento aprovado.

Solicito ao nobre Deputado Nereu Moura, que faça a chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

#### O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(**Procede a Chamada Nominal**)

Trinta e seis Deputados responderam à chamada, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Convido os Deputados Alexandre Curi, Ratinho Júnior e Duílio Genari para...

**O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de usar da palavra enquanto se procede a apuração.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebo a cópia de um ofício da Sra. Maria Rita Reis, Assessora Jurídica da Terra de Direitos. Ela diz o seguinte:

(Lê):

“Curitiba, 19 de abril de 2004.

Em nome da coordenação do Tribunal Internacional Popular sobre os transgênicos, a Terra de Direitos vem se manifestar sobre o discurso do Exmo. Sr. Plauto Miró, do Partido de Frente Liberal - PFL, no sentido de que o Governo do Estado do Paraná teria financiado a realização do Tribunal Internacional Popular sobre os Transgênicos.

Cabe ressaltar que este evento foi iniciativa de mais de trinta organizações da sociedade civil, entre ela a Centro Única dos Trabalhadores, a União nacional dos Estudantes, a Associação Nacional dos Procuradores, a ANPR e a Associação dos Juízes Federais, a AJUF.

O Governo do Estado do Paraná não contribuiu nem direta nem indiretamente com recursos financeiros para a realização do mencionado evento que contou com a presença de renomados cientistas e juristas.

Por tratar-se de um evento transparente, cabe ainda ressaltar que ele contou com apoio financeiro das seguintes entidades: Action, AeD, Fase, Associação Biodinâmica e Fundação Henrique Buel.

A informação mentirosa de que o evento teria sido financiado pelo Governo do Estado do Paraná, circulou além do discurso do Deputado Plauto Miró uma mensagem apócrifa, em internet.

Salientamos que tomaremos as medidas cabíveis contra as informações falsas que circularam na data de hoje. Esperamos que o Deputado Plauto explique de onde tirou as informações que utilizou em plenário. Assina, Maria Rita Reis Assessora Jurídica da Terra de Direitos.

Muito obrigado!

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)**

Gostaria de encaminhar ao Deputado Natálio Stica o meu Pedido de Informações que fiz ao Secretário Airtton Pisseti, sobre a liberação de recursos para o financiamento no Tribunal Internacional Popular sobre Transgênicos.

Tenha aqui duas PADVs que é autorização de despesas da Secretaria de Comunicação. Uma delas de 20.614 reais. Está aqui objeto do pedido para montagem, desmontagem e coordenação do evento, incluindo a produção de camisetas, bonés, equipes de panfletagem, distribuição de brindes, locação de vans e outras.

E tem mais uma PADV de 10.903 reais, também da Secretaria de Comunicação do Estado do Paraná, recurso esse para pagar a divulgação sobre os transgênicos em um dos jornais do Rio Grande do Sul. Tem mais, o jornal que publicou foi a “Folha de Londrina”, mostrando que o Governo do Paraná pagou o Tribunal Internacional Popular sobre Transgênicos. E o Governador esteve lá discursando durante esse tribunal.

Quero lhe entregar em mãos para o senhor entregar para essa moça, e quem sabe, para o Governador.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Gostaria de dar o resultado da votação.

Pela manutenção do veto, oito votos. Pela derrubada do veto, vinte e oito votos.

Estão derrubados os vetos constantes da pauta 1 e 2 da Ordem do Dia de hoje.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 574 e 575, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 576 e 588, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 581, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 585 e 586, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 589 a 592, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 594, de autoria do Deputado Padre Paulo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 584, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Quero informar aos Srs. Deputados que na Sessão de amanhã teremos a presença do Conselheiro Fernando Guimarães que, em nome do Tribunal trará informações sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

**O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)**

Gostaria de ser solidário ao Líder do Governo neste momento, porque o Deputado Plauto Miró subiu na tribuna e colocou uma questão de uma ajuda que o Governo do Paraná tinha feito num encontro no Rio Grande do Sul. E pasmem os senhores, uma funcionária do Governo traz uma informação estapafúrdia aqui, coloca o Líder do Governo em má situação, e eu quero ser solidário ao Líder do Governo, mas quero pedir-lhe, porque senão, tudo o que nós falarmos aqui, começa a não ter validade.

Subi na tribuna há pouco, duvidei dos números do leite, duvidei dos números do Porto de Paranaguá, duvidei de tudo. Agora, começo a acreditar que o próprio Líder do Governo está sendo enganado pelo próprio Governo! Não é possível que isso aconteça!

#### O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Este documento que recebi não veio do Governo do Estado do Paraná. Portanto, não estou sendo enganado pelo Governo.

Continuamos a ter o mesmo respeito, que é recíproco. Este documento veio de uma ONG chamada "Terra de Direitos" e que acabei recebendo da secretária da Liderança do Partido dos Trabalhadores e já pedi à secretária o endereço dessa Sra. Maria Rita Reis, porque vou pessoalmente tomar providências.

Não estou aqui para brincar e ajo com muita seriedade, a minha palavra é uma palavra que não coloco em qualquer momento. A partir de agora tomarei mais cuidado com as informações que chegam até mim, porque não quero cair no descrédito.

Lamentavelmente, veio uma informação falsa porque aqui estão os documentos e eu tomarei providências nesta questão.

Não tem nada a ver com o Governo do Estado do Paraná e sim com esta ONG, que manda esse documento.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, fiquei extremamente preocupado quando duvidaram da palavra do Deputado Plauto Miró. E nós temos tido cuidado; quando trazemos informações aqui, procuramos trazer questões concretas. Não podemos acreditar em pessoas que nem conhecemos, e o Deputado Natálio Stica colocou em dúvida a palavra do Deputado Plauto.

Por isso, que temos que ter o cuidado, porque senão a coisa fica grave! O Deputado Natálio Stica tem que ser a palavra oficial do Governo! Quando o Deputado Natálio Stica fala nesta Casa, é a voz do Governo dentro desta Casa!

#### O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero me solidarizar com o Deputado Plauto, haja vista que a denúncia que ele fez foi extremamente grave, embasada em documentos. A resposta que trouxe a esta Casa o nobre Deputado Stica, se na primeira versão era preocupante, na segunda ficou mais preocupante ainda, porque, segundo o próprio Deputado Stica, informações fornecidas por uma secretária do PT!

Quer dizer, posso fazer até relação que isso tenha sido um encontro patrocinado pelo PT, pelas próprias declarações do Deputado Natálio Stica.

E, dizer, afirmar aqui que o Deputado Plauto já está encaminhando ao Ministério Público do Estado do Paraná para que proponha as ações criminais e civis perti-

nentes ao caso porque é dinheiro público sendo destinado a defender uma ideologia.

Isso não podemos aceitar em hipótese alguma.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 284; 405 e 561/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 447, 739/2003, 031, 046, 052, 060/2004, e do Projeto de Resolução nº 006/2004.

Levanta-se a Sessão.

#### Ata de CPI:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DAS UNIVERSIDADES ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, no auditório do prédio central da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sob a presidência do Sr. Deputado Delegado Bradock, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades que contou com a presença dos seguintes Srs. Deputados-membros: Neivo Beraldin, Artagão Júnior, Nelson Tureck e Plauto Miró Guimarães; Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir o Sr. Presidente passou a palavra ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa o Sr. Paulo Roberto Godoy, que transmitiu as boas-vindas e total apoio e colaboração à Comissão no que for necessário para a realização dos trabalhos desta. Em seguida o Sr. Presidente, Deputado Delegado Bradock solicitou ao Sr. Dorival de Arruda Moura Filho, que se dirigisse ao lugar destinado aos depoentes. Após ler e assinar, o termo de compromisso, passou a responder às indagações dos Srs. Deputados-membros da Comissão. O Deputado Neivo Beraldin, relator desta, requereu que os três contadores da universidade, os Srs. Gabriel Kravichiski, Rômulo Comin e a Sra. Solange Mercer, mencionados pelo depoente, fossem convocados para depor perante a Comissão. Em votação. APROVADO. Em seguida foi chamado a depor o Sr. Rosaldo Antonio Kalinoski, do Departamento de Odontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O Deputado Neivo Beraldin requereu que a Comissão convocasse para depor o Sr. Elias Zahi Faldel e a Sra. Paulina Fagundes Ribas. Em

votação. APROVADO. O Presidente esclareceu que o Sr. Elias Zahi Fadel já havia sido convocado. Em votação a convocação da Sra. Paulina Fagundes Rias. APROVADO. A seguir foi chamado o terceiro depoente, Carlos Roberto Schiebesbein, do Departamento de Odontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Após responder algumas indagações dos Deputados-membros da Comissão, o Deputado Neivo Beraldin requereu o lacramento do local onde se encontravam os prontuários odontológicos, dos procedimentos realizados pelas Clínicas Odontológicas. Em votação. APROVADO. O Sr. Presidente designou o Assessor Rodrigo Marcassa, para lacrar o local onde se encontravam os referidos prontuários, bem como elaborar o termo de lacramento que foi assinado pelo Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paulo Roberto Godoy, pela Procuradora a mesma, Karin Gomes Margraf, pelo Chefe do Departamento de Odontologia, Edson do Rocio Meinster e pelo Sr. Rodrigo Marcassa, Assessor da Comissão. Em seguida a Comissão ouviu o depoimento do Sr. Elias Zahi Fadel, Chefe do Departamento Odontológico. O Sr. Deputado Neivo Beraldin indagou o depoente se ele concordaria de livre e espontânea vontade com a quebra de seu sigilo bancário e fiscal. O depoente respondeu afirmativamente e assinou termo de autorização neste sentido. Concordou também o depoente que a Comissão tenha acesso à sua declaração de bens. O Deputado Neivo Beraldin requereu os documentos da movimentação das contas da Universidade do ano de 1992 até a presente data. Em votação. APROVADO. Em seguida foi ouvido o Sr. Carlos Alberto Ferreira, funcionário da Escola-Fazenda. Logo após prestaram depoimento os Srs. Wilson Story Vanâncio e Eloir Moresco. O Deputado Neivo Beraldin requereu as notas de entrada e saída da produção agrícola da Escola-Fazenda. Em votação. APROVADO. A Comissão ouviu ainda o depoimento do Sr. Gabriel Inácio Kravchychyn, que trabalhava no setor de receita da Escola-Fazenda. O Deputado Neivo Beraldin indagou se o depoente concordaria de livre e espontânea vontade com a quebra do seu sigilo bancário e fiscal. O depoente respondeu afirmativamente e assinou termo de autorização. A íntegra das indagações dos Deputados-membros da Comissão, e as respostas dos depoentes, contam das notas degravadas, que passam a fazer parte desta Ata. O Sr. Presidente, Deputado Delegado Bradock, agradeceu o comparecimento dos depoentes bem como de todos que compareceram à reunião e comunicou que os demais depoentes, Manfredo Doll, Mauro Delabernada, Ítalo Grande, Darci Santos, Jair Baltazar Rodrigues, Luiz Vieira Carneiro e Pedro Blaczak serão ouvidos em reunião na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com data a ser designado. A Comissão deliberou favoravelmente pela reconvocação dos Srs. Carlos Alberto Ferreira, Elias Zahi Fadel e Gabriel Inácio Kravchychyn. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada

pelo Presidente, demais Deputados-membros e por mim, Alan Marcos Andrade, Secretário da Comissão.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
Alan Marcos Andrade - Secretário

## Atas de Comissões:

### COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou os seguintes Projetos de Lei nºs 640/2003 e 667/2003. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para contar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o seguinte Projeto de Lei nº 081/2003. Na seqüência o Deputado Marcos Isfer apresentou os Projetos de Lei nºs 719/2003 e 045/2003, e o Deputado Delegado Bradock o Projeto de Lei nº 728/2003. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para contar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente  
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

### COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Nelson Justus. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 036/2003. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para contar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS  
E DA CIDADANIA

15ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Presidência, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, sob a presidência do Deputado Durval Amaral. Havendo número legal, foi aberto os trabalhos, passando à Ordem do Dia, quando o Sr. Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 706/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo. O parecer favorável recebeu apoio dos Deputados Duílio Genari, Barbosa Neto, Francisco Bühner e Paulo Campos, quando foi pedido vistas pelo Deputado Delegado Bradock, que foi concedida, na forma regimental, por 48 (quarenta e oito) horas. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para contar, eu, Richard Ruppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Richard Ruppel Sotto Maior - Secretário